

O PETRÓLEO é do Brasil

ENTENDA POR QUE A PETROBRÁS É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOSSO PAÍS



O PETRÓLEO é do Brasil

ENTENDA POR QUE A PETROBRÁS É FUNDAMENTAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOSSO PAÍS



NOVEMBRO 2018

PREFÁCIO

CONHECER A HISTÓRIA DA PETROBRÁS É UM BANHO DE AUTOESTIMA PARA QUALQUER BRASILEIRO OU BRASILEIRA.

Saber das conquistas tecnológicas e econômicas da maior empresa do Brasil, uma história de 64 anos de sucesso, serve como vacina contra aquilo que o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues costumava chamar de “complexo de vira-lata”.

A nação que construiu uma empresa desse porte não pode ter sentimento de inferioridade perante os países mais desenvolvidos.

A leitura desta revista vai proporcionar momentos de orgulho para quem sonha com um Brasil de primeiro mundo, mas em outros momentos vai despertar perplexidade com a capacidade de alguns brasileiros de trabalhar contra seu próprio país.

O petróleo é a principal fonte de energia do mundo contemporâneo, e a disputa por sua posse foi causa de inúmeras guerras, conspirações e golpes de Estado, como também foi e continua sendo o motivo de lobbies e pressões imensas sobre governos e políticos dos países onde há petróleo.

No Brasil não tem sido diferente. Desde o movimento “O Petróleo é Nosso” e a fundação da Petrobrás, em 1953, as grandes petroleiras internacionais têm feito o que podem para nos impedir de traçar nosso próprio destino. E o jogo ficou muito mais pesado depois da descoberta do pré-sal, em 2006, e à medida que fomos comprovando que as reservas são imensas. Na velha luta do imperialismo contra a autodeterminação dos países do terceiro mundo, o Brasil do século XXI virou ator de destaque.

Nossa intenção é que esta revista desperte sua curiosidade por um assunto fundamental para o desenvolvimento do Brasil: nossa soberania energética. Assunto que é muito mais vasto do que está exposto aqui.

Conhecendo a imensa riqueza que o petróleo pode nos proporcionar e conhecendo a competência técnica do povo brasileiro para gerir essa riqueza, você certamente abraçará nossa luta a favor de uma sociedade mais igualitária.

A luta por um Brasil que certamente podemos construir, com educação, saúde, moradia, emprego e dignidade para toda a nação brasileira.

UM BRASIL DE PRIMEIRO MUNDO.

BOA LEITURA!

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO 1	
A falácia da Petrobrás quebrada	7
CAPÍTULO 2	
Do Monopólio da União ao Pré-Sal	12
CAPÍTULO 3	
Por que o petróleo é tão estratégico e cobiçado	15
CAPÍTULO 4	
Problemas com o petróleo	17
CAPÍTULO 5	
Estratégias de dominação norte-americanas	23
CAPÍTULO 6	
A crise econômica global	29
CAPÍTULO 7	
E... veio o Pré-Sal	31
7.1. A formação do Pré-Sal	32
CAPÍTULO 8	
Problemas no Pré-Sal	35
CAPÍTULO 9	
O marco regulatório brasileiro	37
CAPÍTULO 10	
A pressão estrangeira	45
10.1. Leilões do pré-sal: um atentado à soberania	53
10.2. Entenda a questão da Cessão Onerosa	56
CAPÍTULO 11	
Nossas propostas	61
ANEXO	63
MOVIMENTO: Sem a nossa energia não rola	75

APRESENTAÇÃO

Assim como aconteceu em outros países, o Brasil também pode se tornar um país desenvolvido e com justiça social apenas administrando bem o seu petróleo. A Noruega, por exemplo, **deixou de ser o segundo país mais pobre da Europa graças ao petróleo descoberto na década de 70, no Mar do Norte**, que passou a ser administrado através

da empresa estatal Statoil, criada justamente para esse fim. Caminho diferente de países como Nigéria, Gabão, Angola e outros que entregaram a produção a empresas estrangeiras e estão vendo o seu petróleo ser exaurido enquanto continuam na miséria. **Seguindo o exemplo da Noruega, a Petrobrás, como operadora do pré-sal, pode e deve:**

1

CUMPRIR A SUA MISSÃO de garantir o abastecimento de combustíveis no país aos menores custos para a sociedade;

2

CONTRIBUIR para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, promovendo a criação de empresas nacionais, geradoras de empregos de alto nível através do repasse de tecnologia adquirida ou gerada por ela. Até a década de 90 a Petrobrás propiciou a criação de 1500 empresas de fornecimento de equipamento, que, por sua vez, criaram 3500 subfornecedoras. O decreto 3161/98 – o Repetro – que isentou as empresas estrangeiras de impostos, e não as nacionais, aniquilou essas empresas;

3

PRESTIGIAR o conteúdo local adquirindo seus equipamentos no mercado nacional, como o fez no passado, chegando a comprar 90% no País;

4

APLICAR os seus lucros no País, desenvolvendo a engenharia nacional, aplicando recursos nas universidades gerando pesquisa, tecnologia e desenvolvimento sustentado;

5

CONTINUAR como a empresa que paga mais impostos no País, gerando uma espiral virtuosa do desenvolvimento e incentivando a indústria, o comércio e a geração de atividades de serviços de projetos, manutenção e inspeção;

6

GERAR LUCROS que serão reaplicados nos seus projetos de desenvolvimento dos campos do pré-sal, a maior província petrolífera descoberta nos últimos 30 anos, e ainda remunerar seus acionistas;

7

PROPICIAR o desenvolvimento de empresas nacionais e universidades brasileiras com a produção do pré-sal.

Essas são as nossas principais ideias. Por isso preparamos esta revista: para que nossos leitores entendam a importância do fortalecimento da Petrobrás e da garantia de que os benefícios do pré-sal venham para o povo brasileiro.

AFINAL DE CONTAS, O PETRÓLEO É DO BRASIL!

1

A FALÁCIA DA PETROBRÁS QUEBRADA

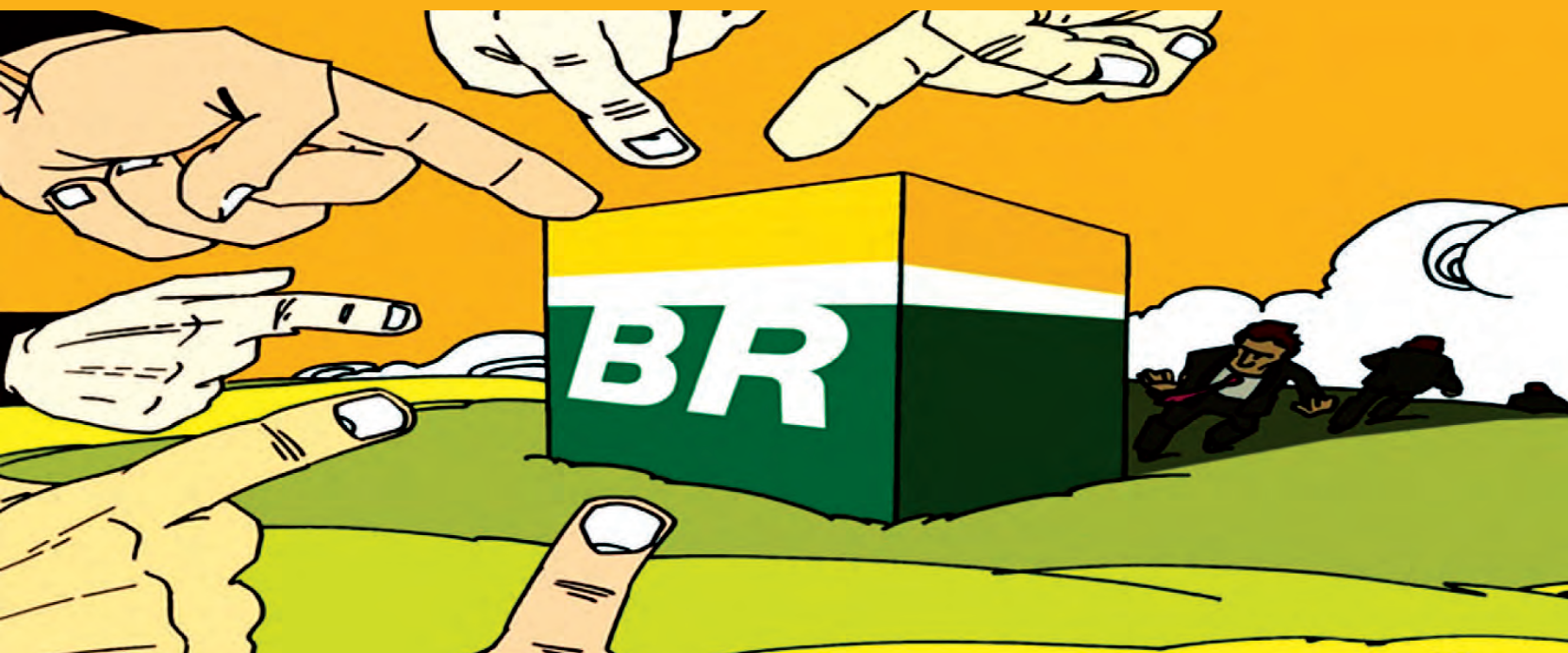
RESOLVEMOS COMEÇAR ESSA REVISTA TRATANDO
DE UM ASSUNTO BASTANTE ATUAL: OS ATAQUES À PETROBRAS.

Nos últimos anos muito se falou que a “Petrobrás estava quebrada”. Diziam que a companhia estava dando prejuízo aos cofres públicos e que por isso era necessário privatizá-la. Querem fazer o povo brasileiro acreditar nisso, mas...

É PURA PROPAGANDA ENGANOSA!
A PETROBRÁS NÃO ESTÁ NEM NUNCA ESTEVE QUEBRADA!

Parte da mídia comercial vem contando essa história desde 2006, logo depois de ter sido anunciada a descoberta do pré-sal!

Essa mentira foi repetida diversas vezes para justificar a venda de ativos e o desmonte da Petrobrás, que não tem nem nunca teve dificuldades financeiras.



A tabela a seguir mostra a capacidade de geração de caixa da companhia brasileira e de algumas concorrentes, o que comprova a competência e a eficiência da Petrobrás.

**RETORNO
FINANCEIRO
SOBRE VENDAS
= GERAÇÃO/
VENDAS**

EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016
PETROBRAS	0,15	0,15	0,15	0,21	0,25
CHEVRON	0,16	0,16	0,16	0,15	0,12
EXXON	0,12	0,10	0,11	0,11	0,08
SHELL	0,10	0,09	0,11	0,11	0,09
BP	0,05	0,06	0,09	0,09	0,06

FONTE: BALANÇOS AUDITADOS E PUBLICADOS PELAS EMPRESAS

Outros dados demonstram a força da Petrobrás e mostram que a sua ineficiência não é verdade!

**LIQUIDEZ
CORRENTE**

EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CHEVRON	1,6	1,5	1,3	1,3	0,9	1,0
EXXON	1,0	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8
PETROBRÁS	1,7	1,5	1,6	1,5	1,8	1,9

FONTE: BALANÇOS AUDITADOS E PUBLICADOS PELAS EMPRESAS

**SALDO
DE CAIXA
(US\$)**

EMPRESA	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PETROBRÁS	13,52	15,87	16,66	25,06	21,20	22,52
CHEVRON	20,94	16,25	12,79	11,02	6,99	4,81
EXXON	9,58	4,65	4,62	3,71	3,65	3,20

FONTE: BALANÇOS AUDITADOS E PUBLICADOS PELAS EMPRESAS

Esses dados mostram uma situação muito boa. **?** Então, por que mentir para a população?

A falácia da Petrobrás quebrada foi usado para justificar a política entreguista de Michel Temer, em especial durante a permanência de

Pedro Parente à frente da Companhia. O objetivo, absurdo e antinacional, é vendê-la, junto com as reservas do Pré-Sal.

Aí entra **TAMBÉM A POLÍTICA DE PREÇOS** que levou à greve dos caminhoneiros, em 2018. Vamos explicar...

Desde outubro de 2016, a Petrobrás adotou uma **NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS**. Houve um alinhamento para cima com o mercado internacional. Pela medida, a

estatal abriu mão de controlar diretamente o preço. Agora, ele é determinado de acordo com as variações do mercado mundial, sem qualquer salvaguarda estabilizadora.

Os preços ficaram mais altos e aumentou muito a importação de derivados por empresas privadas.

A estatal, então, perdeu mercado. Houve ociosidade nas refinarias, que chegaram a funcionar com apenas $\frac{3}{4}$ da capacidade instalada.

A exportação do petróleo cru disparou e a importação de derivados bateu recordes. Passamos a importar diesel, especialmente dos EUA.

PARA SE TER UMA IDEIA...

Em 2017, o diesel vindo dos EUA superou 80% do total importado pelo Brasil.

A AEPET denunciou essa situação em dezembro de 2017, antes mesmo da greve dos caminhoneiros.

QUEM GANHA COM ESSA POLÍTICA?

- Produtores norte-americanos;
- *Traders* (comerciantes) multinacionais;
- Importadores de capital privado no Brasil.

QUEM PERDE?

- Consumidores brasileiros, que pagam mais caro;
- Petrobrás, pois perde mercado;
- União e os estados federados, pois há impactos na arrecadação.

A AEPET batizou essa política de “*America first*” (EUA primeiro), uma referência irônica à campanha de Trump.



Se o povo brasileiro não reagir, nossas riquezas continuarão sendo entregues às multinacionais, em um novo ciclo tipo colonial. Se reagir, teremos um país em busca de soberania e desenvolvimento, preocupado com os interesses da maioria do povo. Para que esse segundo caminho seja trilhado, é necessário fortalecer a Petrobrás e defendê-la dos interesses do capital estrangeiro.



ATENÇÃO!

Desde a sua criação, em 1953, a Petrobrás nunca esteve tão ameaçada! Não podemos esperar que outros a defendam. A defesa da Petrobrás tem que começar pela nossa gente.

Desde o anúncio do pré-sal, em 2006, vêm ocorrendo cada vez mais ataques à soberania brasileira. Em 2015, Edward Snowden, ex-empregado da Agência de Segurança Americana (ANS), denunciou que a cada 72 horas uma massa de dados da Petrobrás é remetida aos EUA e seus aliados: Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. Veio o golpe de 2016 e, com ele, a política de privatização e sucateamento da Petrobrás, além dos leilões do petróleo.

É ESSA HISTÓRIA QUE IREMOS CONTAR NESTA REVISTA.

Mostraremos como, passo a passo, nossas riquezas estão sendo entregues ao capital estrangeiro. E procuraremos sensibilizar brasileiros e brasileiras para a importância de resistirmos a esse assalto ao patrimônio nacional.

Reafirmamos:

A PETROBRÁS NÃO ESTÁ NEM NUNCA ESTEVE QUEBRADA!

- 1** A DÍVIDA É MUITO MENOR DO QUE AS RESERVAS;
- 2** AS FINANÇAS DA COMPANHIA VÃO MUITO BEM;
- 3** ELA É DO BRASIL, E NÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS!

**Por isso, defendemos:
O PETRÓLEO É
DO POVO BRASILEIRO!**

2

DO MONOPÓLIO DA UNIÃO AO PRÉ-SAL

Na década de 50, quando o petróleo ainda era apenas um sonho, tivemos a maior mobilização da história do nosso país pela posse desse bem de alto teor estratégico. Dela participaram todos os segmentos da sociedade.

Na época já havia grandes conflitos no Oriente

Médio pela retomada da propriedade das jazidas de petróleo pelos Estados Nacionais. Isso porque, até então, elas eram exploradas pelas grandes corporações petrolíferas internacionais. Através de concessão, elas controlavam essa riqueza e, em troca, davam baixíssimos retornos aos países onde elas se encontravam.

Em 1953, o Congresso Nacional aprovou o monopólio do petróleo para a União através da Lei 2004/53, que criou a Petrobrás, empresa estatal de economia mista, para exercê-lo.

FOI UM GRANDE COMEÇO!

Em 1988, a AEPET, sob a coordenação de Barbosa Lima Sobrinho, conseguiu elevar para o nível constitucional o capítulo da lei 2004, referente ao monopólio estatal do petróleo: É O ARTIGO 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Mas, em 1995, FHC conseguiu aprovar a emenda nº 9 à Constituição Federal de 1988, flexibilizando o Monopólio Estatal do Petróleo. Em 1996, apresentou um projeto de lei com esse mesmo objetivo: quebrar o monopólio.

Assim, em 1997, foi aprovada a lei 9478/97,

altamente prejudicial aos interesses nacionais.

Além disso, é inconstitucional, como veremos mais à frente. Ela transfere a propriedade do petróleo para quem o extrair, ou seja, para interesses internacionais.

No século 21, com a descoberta das jazidas do pré-sal pela Petrobrás, o Brasil passou a ser um GRANDE detentor de reservas de petróleo. O sonho se tornou uma realidade acima de todas as expectativas.

Por isso, agora, todos os brasileiros têm muito mais razão para lutar pela retomada do petróleo como propriedade do povo brasileiro, como foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, no artigo 177.

A jazida de petróleo no pré-sal pode chegar a mais de dez vezes a reserva provada que temos hoje.

RESERVA BRASILEIRA DE PETRÓLEO

- **Provadas:** cerca de **14 bilhões** de barris.
- **Com o desenvolvimento completo do pré-sal,** há perspectiva **de que cheguemos a cerca de 200 bilhões** de barris.

Segundo um estudo divulgado pela UERJ em 2017, as reservas do Brasil podem chegar a 198,6 bilhões de barris, levando em conta o petróleo do pré-sal (*Fonte: BP Statistical, 2017, p. 12*).



Com uma reserva de **198 BILHÕES** de barris, passaríamos a ser a **3ª RESERVA** mundial de petróleo, atrás apenas da Venezuela e da Arábia Saudita.

EUA, o principal cobiçador dessa riqueza

EUA:

- **Reservas** de 30 bilhões de barris;
- **Consumo anual:** 8 bilhões de barris internamente e 2 bilhões nas suas instalações militares pelo mundo.

Isso mostra a terrível dependência dos Estados Unidos. O petróleo é a fonte de energia que sustenta sua produção industrial e seu estilo de vida.

Foi por isso que invadiram o Iraque e a Líbia. E é por isso que continuam atacando e de-

monizando os países que possuem essa riqueza.

Através de uma intensa propaganda, tentam transformar nações como o Irã e a Venezuela em inimigas da “democracia” e do livre mercado. O objetivo é trazer para si o controle das reservas desses países.

Uma razão muito diferente do discurso que fala em causas humanitárias para justificar suas ações no Oriente Médio.

Um ano depois do anúncio da descoberta do pré-sal no Brasil, em novembro de 2007, houve a primeira extração do pré-sal na acumulação de Tupi (atual Lula), em Santos. As estimativas eram de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, além de gás natural. **ISSO INTENSIFICOU O INTERESSE ESTRANGEIRO SOBRE O PETRÓLEO BRASILEIRO.**

Em janeiro de 2008, computadores e HDs da Petrobrás, contendo dados sigilosos sobre exploração de petróleo, foram roubados no container da Halliburton. Em março de 2008,

dois laptops contendo dados do pré-sal foram roubados no Hotel Glória. Antes disso, dois carros de técnicos da Petrobrás em Macaé haviam sido arrombados para roubar laptops.

Em abril do mesmo ano, a Marinha dos EUA anuncia o restabelecimento da Quarta Frota Naval, o que significa 22 embarcações, com alto poder bélico, no Atlântico Sul.

A justificativa oficial era “proteger” os mares da região onde estão localizados o Brasil e a Argentina. Naquela ocasião a Argentina já havia desnacionalizado seu petróleo.

ASSIM, PARECE CLARO QUE O PRINCIPAL ALVO ERA “PROTEGER” O BRASIL, DE OLHO NO PRÉ-SAL!



3

POR QUE O PETRÓLEO É TÃO ESTRATÉGICO E COBIÇADO

O petróleo tem duas grandes funções estratégicas que permitiram o extraordinário desenvolvimento da humanidade no século XX. Lembremos

que a população mundial cresceu de 1,2 bilhão, em 1900, para 6,5 bilhões em 2000, e que a produção de bens industriais cresceu absurdamente.

O petróleo é:

- 1) A FONTE MAIS EFICIENTE DE ENERGIA;
- 2) A BASE DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA.

1

A FONTE MAIS EFICIENTE DE ENERGIA;

→ **EXTRAÇÃO EM TERRA:** sua relação energética, no Oriente Médio, é de 100/1. Ou seja: **Para 1 unidade de energia gasta na extração, obtém-se o retorno de 100 unidades.**

→ **EXTRAÇÃO EM ÁGUAS ULTRAPROFUNDAS:** esta relação cai para 23 para 1 (23/1). Ainda assim, muito acima do segundo colocado, o carvão, que tem uma relação de 9/1. O transporte e armazenagem também são relativamente fáceis.

Ou seja:

O PETRÓLEO É A BASE ENERGÉTICA DE SUSTENTAÇÃO DA SOCIEDADE ATUAL. Responde por 93% do transporte mundial de bens e pessoas e não há perspectiva de sua substituição em curto prazo. Tem, portanto, um imenso valor geopolítico.

2

A FUNÇÃO PETROQUÍMICA

O PETRÓLEO É MATÉRIA-PRIMA PARA MAIS DE 3 MIL PRODUTOS.

Participa de cerca de 90% dos produtos que consumimos ou utilizamos no dia a dia.

Em grande parte substituí produtos naturais de menor disponibilidade e maior custo. A gama de produtos que vem da petroquímica alimentada pelo petróleo é fantástica: **materiais de construção,**

componentes eletrônicos, lentes, couro sintético, detergentes, remédios, cosméticos, fertilizantes agrícolas, baterias, telefones celulares, DVDs, computadores, vários tipos de plásticos.

HOJE, O ESTILO DE VIDA DA SOCIEDADE É INSUSTENTÁVEL SEM ESTES PRODUTOS.

A energia do petróleo permitiu que a humanidade desenvolvesse, com enormes acréscimos de produção, muitas atividades, como a pesca, a navegação e o transporte em geral, além do desenvolvimento tecnológico e da

produtividade de todos os processos.

No século XX, pudemos consumir energia de forma nobre, melhorando a qualidade de vida de um terço da população mundial, além de aumentá-la em mais de cinco vezes.

**Por outro lado, os países,
principalmente os mais desenvolvidos,
geraram uma enorme dependência do petróleo.**

**No século XXI a humanidade enfrentará
um momento muito delicado com a chegada
do **PICO DE PRODUÇÃO** do petróleo convencional.**

**A humanidade tem dado pouca importância
ao fato de que o petróleo é um BEM FINITO.**

UM DIA ELE VAI ACABAR.

4

PROBLEMAS COM O PETRÓLEO

Relembrando os fatos...

Quase todas as guerras que aconteceram após a Primeira Guerra Mundial tiveram origem no controle do petróleo.

1973: O 1º choque do petróleo

A OPEP, comandada pela Arábia Saudita, em reação ao apoio dos EUA a Israel, diminuiu a produção, elevando o preço do barril de US\$

2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses.

Com isso, a economia dos países importadores foi seriamente comprometida.

1979: O 2º choque do petróleo

Com a revolução iraniana e a chegada ao poder do aiatolá Khomeini, o preço do barril de petróleo, em dólar corrigido, chegou a US\$ 100.

Os anos 80 foram os anos em que os problemas vieram à luz do dia. Dois foram os principais.

Problema 1

A partir dos anos 80, o consumo superou o ritmo das descobertas de petróleo convencional.

“CAIU A FICHA” DOS PAÍSES! Eles perceberam que o petróleo poderia acabar, o que poderia gerar crises internacionais fortíssimas. Por isso, o petróleo ficou cada vez mais disputado.

Problema 2

A concentração das reservas

Os três primeiros detentores de reservas petrolíferas são:

- A **VENEZUELA**, com uma reserva de 300 bilhões de barris;
- A **ARÁBIA SAUDITA**, com 266 bilhões;
- O **CANADÁ**, com 171 bilhões.
- O **BRASIL**, com a descoberta do pré-sal, tem grandes possibilidades de subir para os primeiros lugares do ranking, com uma reserva potencial de quase 200 bilhões.

Ou seja: Com a descoberta de uma reserva de cerca de 198 bilhões de barris, o Brasil passaria para o terceiro lugar desta lista.

É um novo Iraque, desta vez, na América Latina!

Então... vem a pressão dos EUA

Em 2008, o Presidente Bush reativou a 4ª Frota Naval para pressionar o Brasil a manter o marco regulatório da Lei 9478/97 (Governo FHC), que estabelece que o petróleo pertence a quem o extrair.

Já o **Presidente Obama** foi mais sutil. Ele disse que o Lula “é o cara”, o estadista mais popular do mundo. A Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos deu o título de “Homem do Ano” ao então presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli.

Em 2009, a **Câmara de Comércio Brasil-Inglaterra** deu o título de “Homem do Ano” ao ministro **Edison Lobão**. A nosso ver, ele não ti-

nhá nenhuma característica para ser o “Homem do Ano”, a não ser o cargo de ministro de Minas e Energia, **a quem está subordinado o pré-sal. E Lobão saiu de lá entusiasmado, falando em leilões, que era o que esse pessoal queria.** Ou seja, além da pressão militar, “massagearam” os egos. Essa é uma forma mais sutil de pressionar, e **criar situações favoráveis aos seus interesses em detrimento dos interesses dos brasileiros.**

Em 2013, o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, veio pessoalmente falar com a Dilma, que **acabou leiloando o Campo de Libra.**

A pressão do cartel das BIG OIL e seus lobistas

A segunda grande pressão vem do cartel das grandes petroleiras internacionais, que é conhecido como o cartel das *BIG OIL*.

Elas já tiveram o controle de 90% das reservas mundiais e hoje **controlam menos de 5%**

desse petróleo. Se mantidas essas condições, estariam fadadas a desaparecer.

Essas empresas dominaram o setor com mão de ferro durante 150 anos, e não vão vender barato a sua derrota e extinção.

Elas dominaram o setor com todo tipo de atitude, como subornar, destituir ou patrocinar o **assassinato de presidentes e personalidades dos países que nacionalizaram o petróleo**. Foi assim com:

- ☑ **JAIME ROLDÓS**, do Equador (assassinado);
- ☑ **ENRICO MATTEI**, da Itália (assassinado);
- ☑ **MOHAMAD MOSSADEG**, do Irã (deposto);
- ☑ **VÁRIOS POETAS DA NIGÉRIA ASSASSINADOS** porque gritavam ao mundo que a Shell estava destruindo as terras agricultáveis do país;
- ☑ **SADDAM HUSSEIN**, do Iraque (condenado à morte);
- ☑ **MUAMAR KADAFI**, da Líbia (assassinado).

Além disso há os escândalos de corrupção e grandes acidentes ambientais:

- ☑ **A SHELL** foi processada por sua agressão à Nigéria.
- ☑ **A EXXON** foi processada por causa do derrame no Alasca.
- ☑ **A BRITISH PETROLEUM**, em Macondo, no Golfo do México, pagou multa superior a US\$ 50 bilhões.
- ☑ **A CHEVRON, NO BRASIL**, esteve sob pressão dos órgãos oficiais.

Na crise de reservas, essas empresas decidiram se unir para sobreviver.

A Exxon e a Mobil se fundiram e criaram a ExxonMobil, a maior empresa de petróleo do mundo, que apesar de não ter grandes reservas, tem um faturamento brutal, o maior

do mundo. Chevron, Texaco e Gulf também se fundiram. British Petroleum – BP, da Inglaterra, se fundiu com a Amoco, dos Estados Unidos.

**No entanto, só a fusão não é suficiente.
É PRECISO TER RESERVAS.**

Lembremos que duas delas, ExxonMobil e Chevron-Texaco-Gulf, são empresas norte-americanas e outras duas, BP e SHELL, são anglo-saxônicas. A Total, francesa, se fundiu

com a Fina, belga, formando a Totalfina, que por sua vez se fundiu com outra francesa, Elf, e se tornaram Total, sendo adquiridas pelos donos do Cartel.

**Elas se fundem para sobreviver.
Todas vieram do grupo Rothschild-Rockfeller.**

**Nos últimos anos, elas pressionaram
fortemente os Três Poderes do Brasil.**

No ano de 2010,

elas conseguiram realizar seis audiências públicas no Senado. Cada uma delas com cinco mesas de exposição e debate. Cada mesa com dois lobistas de peso. Assim, promoveram **60 PALESTRAS DE**

LOBISTAS. Apesar da insistência e disponibilidade para participar, a AEPET só conseguiu acesso à mesa de uma delas, ainda assim por 10 minutos por intervenção especial do senador Renato Casagrande.

No dia 3 de junho de 2011,

foi feita a primeira Audiência Pública na Câmara dos Deputados. Por coincidência, os lobistas, defensores da legislação FHC, eram os mesmos. Um deles era o presidente do IBP, João Carlos de Luca, que também presidiu a Repsol, uma empresa espanhola comprada do Santander, que por sua vez foi

comprado pelo Royal Bank of Scotland, pertencente à família Rothschild, dona da Shell e da British Petroleum. A **Repsol passou a ser uma empresa anglo-saxônica**, do grupo Rothschild. Comprou a YPF da Argentina e a ENI da Itália. Ela está na Argentina, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no México.

Enfim, essas empresas fizeram todo o possível para que não se mudasse o marco regulatório brasileiro, a Lei 9478/97, que lhes dava enormes vantagens.

As novas irmãs de HOJE

Em contrapartida às Big Oil, a tendência mundial é a estatização do petróleo. Assim, as empresas estatais são as “novas irmãs do petróleo”.

São oito empresas estatais que detêm 65% das reservas mundiais. São elas:

- ☑ **ARAMCO**, da Arábia Saudita,
- ☑ **GAZPROM**, da Rússia,
- ☑ **NIOC**, do Irã,
- ☑ **PETRONAS**, da Malásia,
- ☑ **PDVSA**, da Venezuela,
- ☑ **PEMEX**, do México,
- ☑ **PETROCHINA**, da China
- ☑ **PETROBRÁS**, do Brasil.

Além dessas...

- ☑ **NNPC**, da Nigéria,
- ☑ **INOC**, do Iraque.

Ao todo, estão nas mãos de empresas estatais mais de 80% das reservas mundiais do petróleo, com tendência a aumentar.

Com os governos se dando conta do alto valor estratégico que o petróleo representa, as chances das irmãs privadas conseguirem novas reservas ficam muito complicadas. A grande oportunidade passou a ser o Brasil, com o pré-sal. Daí a pressão e o assédio político, institucional e midiático para o capital internacional pôr a mão nesta riqueza brasileira.

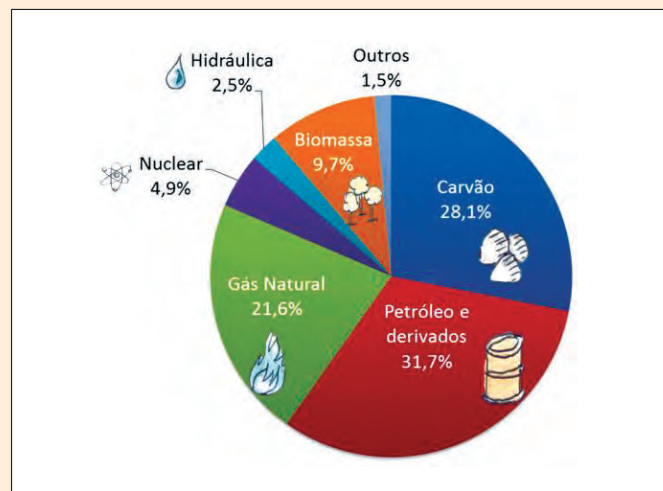
O pré-sal significa a alternativa mais viável de o cartel privado assumir o controle de reservas em defesa de seus interesses. Cabe a nós, brasileiros, reagir e nos unirmos em defesa de nossos interesses.

Isso não é tão simples, pois temos brasileiros mal informados e poderosas forças internas que, como vimos, trabalham para nos fragilizar e reduzir os nossos esforços. Temos que nos defender deles também.



VALOR GEOPOLÍTICO DO PETRÓLEO

Dentro do modelo de crescimento atual, o mundo é completamente dependente do petróleo e dos combustíveis fósseis.



Os ESTADOS UNIDOS construíram sua indústria e estrutura social em cima do petróleo. Com 4% da população mundial, eles consomem 30% do petróleo produzido.

Cada automóvel consome o equivalente a 28 barris para ser fabricado. Cada computador pessoal, 2,5 barris. O país mais poderoso do mundo

calçou seu parque industrial em cima desse modelo energético e vive de atacar os países detentores de reserva, pela sua insegurança energética.

5

ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO NORTE-AMERICANAS

Para se ter uma ideia do panorama internacional da pressão histórica sobre nós:

Segundo a socióloga mexicana Ana Esther Seseña, das cinco estratégias do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para a defesa de seus interesses, duas afetam diretamente os interesses brasileiros de soberania e desenvolvimento.

PRIMEIRA ESTRATÉGIA

Evitar que países potencialmente hegemônicos desenvolvam coalizões regionais hostis.

Para os EUA,

- A) “coalizões regionais hostis” = Mercosul, ALBA...
- B) “países potencialmente hegemônicos” = Os BRICS:
Brasil (o principal alvo), Rússia, Índia, China e África do Sul.

Os BRICS são considerados por economistas como o bloco mais viável do planeta. O Brasil é um dos principais deles, capaz de se desenvolver rapidamente. Com o pré-sal ele tem chance de disparar em relação aos demais.

Se o Brasil se desenvolver, ele não mais exportará seus produtos primários, não reno-

váveis, na forma de matéria prima. Em vez disso, passará a exportar produtos manufaturados. Hoje, exportamos produtos por US\$ 50/tonelada. Agregando valor tecnológico, transformando-os em produtos acabados como eletrônicos, máquinas e outros equipamentos, essa tonelada poderia chegar a US\$ 50.000.

Com isso, o Brasil deixará de ser um fornecedor de matéria-prima para os países desenvolvidos.

Agregando valor e tecnologia à sua produção e exportando produtos acabados, **passaremos a ser um concorrente indesejável**. Daí a necessidade estratégica americana de frear nosso desenvolvi-

to. Com transferência de riqueza na forma de **pagamento de juros para os bancos, serviço de dívida e transferência de lucros, consumimos 52% do Orçamento da União**. Esse valor é pago por todos nós.

SEGUNDA ESTRATÉGIA DOS EUA

Assegurar acesso incondicional aos mercados decisivos, como energia e recursos estratégicos. É a continuação da chamada Doutrina Carter.

Existem dois modos de acesso aos mercados decisivos:

A

Um deles é por meio de guerras e invasões, com controle do território estrangeiro por meio da força.

Irã, Iraque, Venezuela, Líbia e Kuwait têm altas reservas mundiais de petróleo. Não é coincidência que esses países tenham sido taxados de terroristas e sujeitos a vários esquemas de dominação.

O rótulo de terrorista justificou invasão, domínio e massacre da população. Acabou justificando uma invasão como a do Iraque, com o pretexto mentiroso de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa. Derrubaram um governo até há pouco aliado e mataram milhares de pessoas, alegando “combater” o terrorismo que se “espalhava” pelo mundo. O mesmo aconteceu com a Líbia, com o assassinato de Kadafi.

O Afeganistão, a Líbia e outros países também foram invadidos pelo mesmo motivo: CONTROLE DO PETRÓLEO.



B

Outra estratégia dos EUA é comprometer um país com gastos astronômicos em projetos mirabolantes para se endividarem e se atrelarem economicamente ao FMI. Este passa a tutelar governos e trabalhar para que os EUA se apodemem dos recursos naturais desses países. Sempre com a cumplicidade e a atuação de governos não comprometidos com a soberania nacional.

Em diversos países, os EUA apoiam governantes corruptos que se identificam mais com os interesses pessoais e de seus grupos do que com os do próprio povo. É o caso do Brasil, no governo Temer!

Aos poucos, no Brasil, as empresas estatais vêm sendo privatizadas. Primeiro elas foram levadas a condições críticas de déficits e falta de investimento, através de contingenciamentos de toda ordem. Por exemplo, a recente gestão de Pedro Parente na PETROBRÁS

estabeleceu preços acima do mercado internacional e propiciou a importação pelos concorrentes, gerando ociosidade nas refinarias com prejuízos da ordem de R\$ 20 bilhões. Também vendeu ativos valiosos, causando perdas da ordem de R\$ 200 bilhões.

E nos países sub-desenvolvidos, como o Brasil, quem desenvolve tecnologia são justamente as estatais, as universidades e os institutos militares.

Instituições que hoje estão profundamente fragilizadas pela falta de recursos.

Um exemplo: O CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás), em Campinas, estava desenvolvendo o capacitor óptico e já tinha uma equipe de 25 pesquisadores trabalhando

também na TV Digital.

Com a privatização da Telebrás, no governo FHC, 24 foram embora e o remanescente se suicidou. Então, o Brasil teve que comprar a TV digital no exterior. Isso ocorreu em diversas áreas estratégicas do país.

A privatização é um processo de desnacionalização feito para inibir o potencial gerador de tecnologia.

O Brasil, através da Petrobrás, propiciou a criação de mais de 1.500 empresas genuinamente nacionais e 3.500 subfornecedoras de equipamentos na área de petróleo. A Petrobrás propiciou a fundação e o desenvolvimen-

to desse parque industrial, repassando tecnologia e garantindo mercado.

Criou-se um ambiente tecnológico nas mais diversas áreas, com benefícios que foram muito além do petróleo.

Tivemos empresas nacionais de alta tecnologia concorrendo com gigantes internacionais.

Mas, de repente...

o decreto 3161/1998 de FHC, o Repetro, deu isenção de impostos de importação para as empresas estrangeiras, mas não para as nacionais. **LIQUIDOU NOSSAS 5 MIL EMPRESAS!**

Algumas viraram escritório de representação dos seus antigos concorrentes.

As que restaram foram adquiridas por em-

presas estrangeiras, como a americana General Electric. Foi um crime grave contra a tecnologia nacional.

Hoje, lutamos para que as empresas nacionais tenham, no mínimo, vantagens iguais às empresas estrangeiras.

Essa é a condição básica para que elas possam se viabilizar.

Nós temos essa potencialidade tecnológica devido ao conhecimento técnico e à grande criatividade e versatilidade dos profissionais brasileiros.

Se houver incentivo, certamente essas empresas se refazem.

Em 2006, uma chance histórica de retomarmos nosso crescimento foi anunciada: a descoberta do pré-sal!

Havia uma previsão de que o pré-sal gerasse mais de 250 mil empregos diretos e 700 mil indiretos. Seriam necessários mais ou menos 100 mil engenheiros. Com investimento no desenvolvimento tecnológico e nos fornecedores e prestadores de serviços nacionais, estaríamos criando um grande volume de empregos.

CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL!

A Noruega, por exemplo, passou da condição de segundo país mais pobre da Europa para a posição de país mais desenvolvido do mundo, com o melhor IDH dos últimos cinco anos, apenas administrando bem o seu petróleo descoberto no Mar do Norte.

O GOLPE DE 2016, no entanto, não está deixando que nosso desenvolvimento aconteça. Ele está colocando, em prática, novas ações contra o povo brasileiro, por meio do desmon-

te da Petrobrás e da entrega do nosso petróleo às empresas estrangeiras. Os leilões do petróleo e a venda de ativos só prejudicam nossa nação, inviabilizando o seu crescimento.



VAMOS LEMBRAR ALGUNS ATAQUES ANTIGOS, ANTERIORES AO ANÚNCIO DA DESCOBERTA DO PRÉ-SAL:

- ✓ **Em 1998**, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, seis empresas multinacionais passaram a ocupar o 12º andar do prédio da Petrobrás. Durante dois anos, elas recebiam todas as informações que queriam da Companhia. O objetivo alegado era avaliar as ações que Parente e Reichstul venderam na Bolsa de Nova Iorque – 36% – por míseros US\$ 5 bilhões.

Conseguiram os dados mais estratégicos e confidenciais. HOVE UM ATAQUE À NOSSA SOBERANIA!

- ✓ **Em 1999**, o então presidente do Conselho de Administração da Petrobrás era Pedro Parente. Naquela ocasião, mudou-se o estatuto da Petrobrás com três finalidades:

- 1) **Permitir que um estrangeiro pudesse ser presidente** da empresa;
- 2) Permitir a **venda de ações para estrangeiros**;
- 3) Colocar, no Conselho de Administração, **representantes do Sistema Financeiro** Internacional.

O francês Phillippe Reichstul foi presidente da Petrobrás de 1999 a 2001. Foi nesse período que ele e Pedro Parente tentaram desnacionalizar a empresa e até mudar o nome dela para PETROBRAX. Era uma forma de facilitar a pronúncia para os compradores estrangeiros!!!

Graças à indignação nacional, ambos recuaram.

Mas já era uma mostra da sanha entreguista que caía sobre a Petrobrás...
...e lá estava Pedro Parente!

Você certamente se lembra desse nome, devido à greve dos caminhoneiros de 2018. Era ele que presidia a Petrobrás naquele momento. Foi ele quem instituiu a política de preços que prejudicou a população e a Petrobrás.

Nessa breve retrospectiva, outro caso precisa ser lembrado.

Em 2003, houve um assassinato cuja causa permanece um “mistério” até hoje. O diretor de Gás e Energia da Shell, Todd Staheli, e sua mulher, Michelle Staheli, foram mortos, em casa, no dia 30 de novembro. Eles estavam vivendo

no Brasil, em uma casa no condomínio Porto dos Cabritos, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. Um caseiro assumiu a autoria do crime, mas foram identificadas diversas contradições em seu depoimento.

O que Todd Staheli fazia aqui?

O executivo Zera Todd Staheli era auditor investigativo da SHELL nos EUA. A pedido da matriz na Holanda, ele veio ao Brasil em janeiro de 2002 investigar atos ilícitos da Shell do Brasil durante o governo FHC. Naquele período, a multinacional teria criado um caixa 2 e um bilionário esquema de pagamento de propinas a políticos brasileiros para obter concessões de blocos petrolíferos na gestão de David Zylbersztajn na ANP. A empresa também foi acusada de ter remunerado políticos no esquema Banestado para as privatizações e obter a quebra do controle estatal de petróleo e gás entre 1995 e 2002.

(Fonte: Folha de São Paulo)

Esses são fatos que revelam os poderosos interesses no ataque à soberania nacional com relação ao petróleo.

Desde o anúncio da descoberta do pré-sal, essas ameaças só vêm crescendo.

Por isso, nós defendemos a retomada do controle total do pré-sal. Se isso não ocorrer, perderemos a maior chance da nossa história de nos tornarmos um país desenvolvido.

6

A CRISE ECONÔMICA GLOBAL

A crise de 2008 nos EUA, das *sub-primes*, reduziu a atividade econômica mundial e conseqüentemente o consumo de petróleo.

Temos várias explicações para essa crise econômica:

1ª

A partir de 1971, o dólar passou a ser emitido sem o lastro-ouro (que havia sido acertado em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial). Com isso, os Estados Unidos imprimem o papel e compram produtos dos outros países.

É uma assimetria de poder enorme. Sem esforço nenhum, os EUA emitem dólares e compram o que querem de outros países. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros países estavam fazendo um movimento internacional para mudar a moeda de referência. Com isso:

O dólar vinha despencando...

A crise fez com que os especuladores corressem para títulos teoricamente mais seguros: os títulos do Tesouro americano. ...e o dólar ressuscitou.

2ª

Estávamos caminhando para o terceiro e definitivo choque do petróleo. **Havia projeções de que o barril subiria para US\$ 200, até 2015.** Os Estados Unidos importam 5 bilhões de barris por ano. A US\$ 140 dólares o barril, os EUA estavam gastando US\$ 700 bilhões/ano só com petróleo. Caso o

petróleo chegasse a US\$ 180 dólares, eles gastariam quase US\$ 1 trilhão só com importação de petróleo. Houve acordo com a **Arábia Saudita, que aumentou sua produção em 1 milhão de barris por dia**, ao invés de reduzi-la, como queria a OPEP,

o que ajudou a derrubar o preço do barril de petróleo para US\$ 40.

Os BRICS, que já estavam sombreando os EUA, saíram prejudicados.

3ª

A preocupação dos investidores internacionais com os fundos soberanos dos países detentores de petróleo foi externada em Davos, em 2008. Esses fundos soberanos, com um caixa bastante alto, ganhavam cada vez mais relevância no sistema financeiro internacional e dificultavam a vida dos especuladores.

Quando temos vários fundos com alto poder financeiro e fora do jogo da especulação, eles atrapalham.

A crise esvaziou a principal fonte geradora dos fundos soberanos da Venezuela, Arábia Saudita, Kuwait, China, Noruega, entre outros. Também esvaziou um pouco o poder do Irã.

Aqui no Brasil, a crise foi usada para criar descrença e desconfiança na sociedade brasileira, em relação ao pré-sal.

Surgiu na mídia a pergunta:

SERÁ QUE COM O BARRIL A 40 DÓLARES O PRÉ-SAL É VIÁVEL?

Em todos os debates de que a AEPET participava havia este questionamento.

Mas atualmente a tendência é de alta do preço do petróleo.

Hoje ele já está em mais de US\$ 80,00, por barril.

PARA CONFIRMAR:

1 O mega-investidor **George Soros** comprou ações da **Petrobrás** que o Governo Brasileiro vendeu na Bolsa de Nova Iorque e se transformou no segundo maior acionista da Petrobrás.

2 Outro indício é que o **Goldman Sachs** colocou a **Petrobrás** e a **Vale** entre as dez empresas mais viáveis do planeta. “A Petrobrás tem a seu favor o pré-sal, que a deixará bem posicionada entre as petrolíferas, quando vier o próximo ciclo de alta de preços”.

3 A **Petrobrás** também foi considerada a quarta empresa mais respeita-

da no mundo (subindo da 20ª colocação) de acordo com pesquisa do Reputation Institute, empresa privada de assessoria e pesquisa, com sede em Nova Iorque. A avaliação foi feita com mais de 200 empresas do mundo. Até 2012, ela foi considerada ainda a empresa mais ética do setor do petróleo e a mais viável.

4 Mesmo com o advento da **Lava Jato**, a **Petrobrás** é muito mais confiável do que as “irmãs” do Cartel que corrompem, derrubam e assassinam governos que contrariam seus interesses. Fazemos questão de ressaltar que a **Petrobrás** não é corrupta, mas vítima de corrupção.

Com estes títulos internacionais, e o fato de ter colocado em produção Jubarte, Lula, Iara, Lapa, Sapinhoá, Libra e outros, A PETROBRÁS GANHOU FORÇA IMBATÍVEL NA DEFINIÇÃO DO FUTURO DO PRÉ-SAL.

Com o golpe de estado de 2016, o que fizeram os partidos que quebraram o monopólio da União e internacionalizaram a empresa?

O PLS 131, de José Serra, que se transformou na Lei 13.365/2016. Com ela, a Petrobrás deixa de ser operadora única do pré-sal.

7

E...

VEIO O PRÉ-SAL

Com cinco décadas de investimentos e exercício do monopólio da União, a Petrobrás mapeou todas as regiões potencialmente petrolíferas no território e plataforma continental do Brasil. Com desenvolvimento tecnológico pioneiro em águas ultra profundas, a Petrobrás encontrou o petróleo que nos levou à autossuficiência mesmo antes da descoberta do pré-sal.

Aplicando e desenvolvendo novos conceitos geológicos, a PETROBRAS investigava há décadas a possibilidade de existência de petróleo sob a camada de sal formada no início da separação da África e da América do Sul, há mais de 100 milhões de anos.

Mas por muito tempo foi inviável confirmar essa hipótese, porque uma camada de sal de espessura média de 2 quilômetros distorcia as ima-

gens do subsolo obtidas com levantamentos **sísmicos de apenas duas dimensões.**

Até que a evolução tecnológica permitiu levantamentos sísmicos de três dimensões e, com isso, a PETROBRAS pôde finalmente constatar que havia mesmo **uma enorme província lá embaixo de todo esse sal.** Foi necessária muita cautela, porque tivemos as surpresas de uma nova fronteira geológica e tecnológica que se abria.

A camada de sal não é uma rocha rígida, ela se deforma facilmente.

Na perfuração dos poços, cada vez que se tirava a coluna para trocar a broca, o sal ameaçava desmoronar. Como era necessário trocar

a broca várias vezes, a Petrobrás teve que revestir o poço com uma tubulação de aço, o que toma tempo.

O primeiro poço levou um ano para ser perfurado e custou US\$ 260 milhões.

Hoje, a perfuração está custando menos de US\$ 60 milhões. O tempo para a perfuração de um poço caiu de mais de 300 dias para menos de 100 dias, uma impressionante melhoria de eficiência operacional, conseguida com muita tecnologia.

O aluguel de uma plataforma para essa profundidade, com essa especialização, está custando mais de US\$ 600 mil por dia. Uma forma de baixar o custo seria construir novas plataformas, para aumentar a concorrência.

Daí surgiu o projeto Sete Brasil, que consistia na construção de 29 sondas no Brasil, mas que infelizmente fracassou devido à corrupção e à derrubada do preço do petróleo.

7.1

A FORMAÇÃO DO PRÉ-SAL

Como é o mecanismo de formação do petróleo?

Muito tempo atrás (cerca de 130 milhões de anos) rios trouxeram areia, argila e material orgânico que foram depositados no fundo de um grande lago. Com o tempo, esse material formou rochas porosas, com matéria orgânica em seu interior.

- ➔ **Esse material orgânico**, durante milhões de anos, foi “cozido” e se transformou em petróleo.
- ➔ **Quando o petróleo amadurece**, a pressão dentro dessa rocha geradora se torna elevada.
- ➔ **Com isso, a temperatura se eleva** e a rocha se rompe, deixando escapar o petróleo gerado dentro dela.
- ➔ **Esse petróleo então flui pelas rochas vizinhas** e migra para cima por diversos caminhos, porque é mais leve do que a água que também reside no subsolo.

Se, em alguma parte do percurso para a superfície, esse petróleo encontra uma rocha porosa com vedação superior que impeça sua migração, forma-se um reservatório convencional onde ele é armazenado.

Qual a diferença para a rocha do pré-sal?

Quando os continentes sulamericano e africano estavam juntos, os rios africanos e os brasileiros traziam material orgânico e o depositavam em grandes lagos ao longo da fron-

teira do que viria a ser os dois continentes.

Quando os continentes se separaram, esse material foi para o fundo do braço de mar, formando rochas geradoras de petróleo.

A DIFERENÇA:

Quando os continentes começaram a se abrir, o mar penetrou e ficou confinado por milhões de anos, não havendo movimentos laterais de correntes e ondas. Assim, a água do mar foi evaporando. Já que não tinha mo-

vimentos laterais, o sal concentrado na água foi se depositando em cima do depósito orgânico, pré-existente nos grandes lagos. Essa camada de sal atingiu uma espessura de dois quilômetros.

VANTAGENS FUNDAMENTAIS:

PRIMEIRA:

O sal se depositou em cima dessa rocha geradora e atuou como um selo, uma barreira impermeável. Assim, quando o petróleo se formou, a pressão subiu, a rocha se rompeu, mas **não houve perdas. Então o petróleo formado ficou todo lá, confinado.**

SEGUNDA:

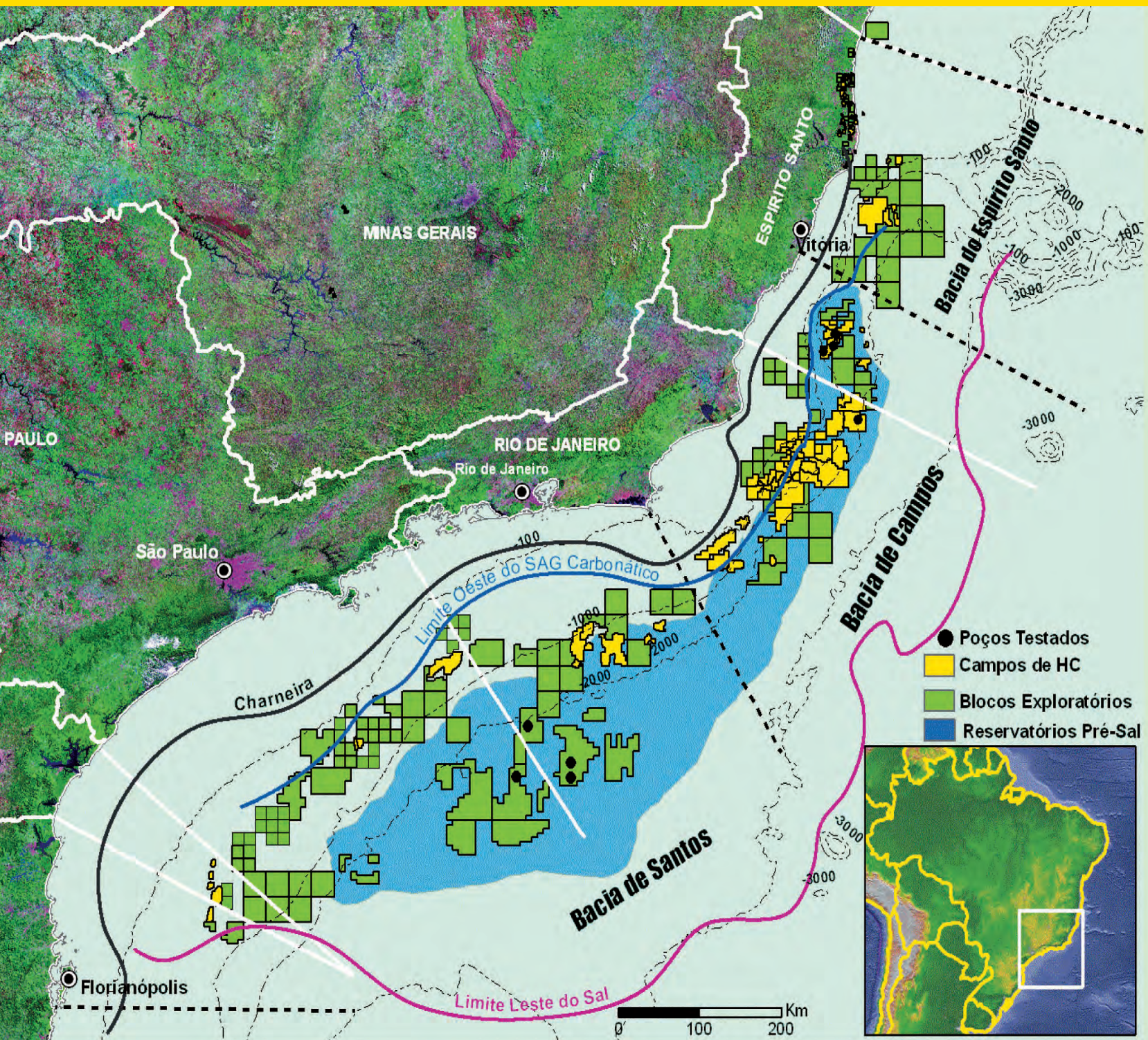
Em reservatórios mais rasos, **bactérias comem o petróleo leve e deixam o petróleo pesado, de pior qualidade. No caso do pré-sal, as bactérias não tiveram essa oportunidade, porque o sal não deixou.**

Ou seja, o sal protegeu o petróleo mecânica e biologicamente. Então, o petróleo do pré-sal é melhor do que o petróleo que tínhamos descoberto até então na Bacia de Campos, como por exemplo nos campos de Marlim e Albacora.

O Petróleo de Marlim e Albacora tem um grau API em torno de 16 e 17, o que significa óleo pesado. O do pré-sal tem de 28 a 34. Quanto mais alto o grau, mais leve o petróleo e, portanto, maior rendimento de combustí-

veis leves como gasolina e querosene. Os técnicos da Petrobrás, a partir do primeiro furo, comprovaram uma teoria estudada durante mais de 30 anos e tiveram a alegria de encontrar petróleo em todos os 21 poços perfurados.

NOSSAS RESERVAS DE PRÉ-SAL



8

PROBLEMAS NO PRÉ-SAL

O primeiro problema são os blocos que a Petrobrás comprou associada, infelizmente, a empresas estrangeiras. Isso porque, na década de 1990, FHC restringiu drasticamente a capacidade de investimentos da Petrobrás, obrigando-a a fazer “parcerias”.

A lei do petróleo 9478/97, aprovada no Governo FHC, foi feita sob argumentos falaciosos de incentivar a vinda de empresas estrangeiras para investir em áreas ainda não descobertas, correndo altos riscos.

A Exxon comprou um bloco no segundo leilão junto com a Petrobrás. A Exxon era a operadora, com 40%, a Petrobrás tem 20% e a americana AmeradaHess, 40%. **Apesar de ser a operadora, a Exxon esperou a Petrobrás fazer 19 furos para somente então fazer o primeiro poço dela**, para não correr os riscos que somente uma Estatal comprometida com o desenvolvimento do país pode enfrentar. A Exxon perfurou três poços e não

achou petróleo, devolvendo o bloco para a ANP.

Em 2007 a Petrobrás perfurou, achou petróleo e testou o bloco de Tupi, e então foi falar com o presidente Lula sobre a magnitude dessa descoberta. O presidente ficou preocupado. Corretamente, porque

o marco regulatório de então era muito desfavorável ao Brasil.

Lula, então, mandou retirar 41 blocos situados sob a camada do pré-sal, que estavam incluídos no 9º leilão da Agência Nacional do Petróleo. Eles haviam se transformado em verdadeiros bilhetes premiados.

No pré-sal não há mais alto risco. O caminho do sucesso já foi traçado pela PETROBRÁS.

Normalmente, numa pesquisa desse porte, o índice de sucesso de 10% é muito bom. A empresa fura 10 poços, acha petróleo em 1 e fica satisfeita. Logo na primeira fase das perfurações no pré-sal, a PETROBRAS furou 21 e achou petróleo em 21!

A província do pré-sal vai de Santa Catarina até o Espírito Santo, com mais ou menos 800 km de extensão, por 200 km de largura, em média. A Petrobrás furou um poço no blo-

co BMS-11, descobriu Tupi, e depois descobriu Búzios, Lapa, Libra, Iara, Carioca, Parati e seguiu perfurando e descobrindo petróleo em mais blocos.

Em maio de 2009, a Petrobrás colocou em produção poços do pré-sal de Tupi e de Jubarte, que produziam em torno de 20 mil barris ao dia.

Nesses poços foram realizados os Testes de Longa Duração

Durante um ano e meio, colocou-se os poços em produção e estudou-se as características físicas, químicas e geológicas do reservatório. O objetivo foi estabelecer o tipo de produção mais adequado em cada campo. Isso é importante, pois quando a produção reduz a pressão de dentro da rocha, é necessário injetar fluido, que pode ser água, óleo ou gás. Para isso, temos que saber as características do reservatório para, através da injeção mais

adequada, obter uma pressão que permita, com eficiência, a máxima recuperação de petróleo.

Por exemplo, no reservatório que tenha muita água não dá para injetar água. Se tiver muito gás, não se injeta gás.

Isso foi sendo monitorado e no final de 2010 entrou em produção um sistema piloto de Tupi, depois rebatizado de Lula, que tem 8 poços, 5 produtores de óleo e 3 de injeção de fluido.

A previsão era a de que, até 2017, estariam em produção ou em Testes de Longa Duração todos os poços dos blocos da Petrobrás.

Em 2010, por conta da Lei 12276/10, criou-se a cessão onerosa para a capitalização da Petrobrás (a União cedeu áreas para a Petrobrás explorar com reserva estimada em 5 bilhões de barris). Foram cedidos a ela 7 blocos a serem perfurados, inclusive no Campo de Franco.

A EXPECTATIVA ERA ENCONTRAR 5 BILHÕES DE BARRIS.

Ela pagou a União por essa reserva com títu-

los do tesouro em seu poder. A União, com esses títulos, comprou ações da Petrobrás. **Uma excelente engenharia financeira, pois permitiu à União retomar parte do capital da companhia.**

Pois bem, a Petrobrás, ao perfurar o campo de **Franco** (mais tarde rebatizado de Búzios), encontrou uma reserva de 13 bilhões de barris. Em seguida a Petrobrás furou **Libra** e achou outra reserva superior a 10 bilhões de barris. Ou seja:

A reserva encontrada subiu para 23 bilhões de barris.

O QUE FEZ A ANP?

Retirou o campo de Libra da cessão onerosa e o levou a leilão.

No capítulo a seguir, veremos como a mudança na lei da cessão onerosa e os leilões da ANP são verdadeiros ataques ao patrimônio brasileiro.

9

O MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO

Em 1988, no final da elaboração da nova Constituição, democrática e participativa, sob a liderança de Barbosa Lima Sobrinho, um ícone da seriedade e do patriotismo...

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), junto com várias entidades, conseguiu elevar ao nível constitucional a parte da Lei de 2004/53, que dizia que o monopólio do petróleo é da União, portanto, do povo brasileiro.

A CONSTITUIÇÃO

NÓS ACRESCENTAMOS UMA SALVAGUARDA, no parágrafo 1º do artigo 177, que impedia que o Brasil colocasse o petróleo como garantia de dívida, para não pagar dívida com petróleo barato e depois comprá-lo caro. O México fez isso e, de 1998 a 2003, viu as suas reservas caírem de 50 bilhões para 12 bilhões de barris.

EM 1995 O GOVERNO FERNANDO HENRI-

QUE, ATRAVÉS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9, RETIROU ESSA SALVAGUARDA. Substituiu este parágrafo por outro que diz que a União poderá contratar empresas estatais ou privadas para as atividades de pesquisa e lavra, refinação, importação e exportação dos produtos e derivados básicos e transporte marítimo de petróleo bruto nacional ou de derivados básicos produzidos no país.

A primeira incoerência:

Um monopólio sendo exercido por várias empresas, inclusive oligopólios.

LEI 9478/97

Para regulamentar esta mudança era necessário fazer uma lei

A AEPET trabalhou para que fosse uma lei complementar, para ficar mais qualificada a

votação, mas FHC conseguiu aprovar uma lei ordinária, em todos os sentidos.



Criou-se a Lei 9478/97, que é altamente entreguista e duplamente conflitante. Isso porque ela tem artigos com conflitos entre si e em conflito com a Constituição brasileira.

Exemplos de conflitos: o artigo 3º diz...

“Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva”.

Em resumo, o que diz este artigo?

Que as jazidas de petróleo pertencem à União, portanto, ao povo brasileiro.

- ⇒ O ARTIGO 4º repete o artigo 177 da Constituição.
- ⇒ O ARTIGO 21 diz que os direitos de exploração e de produção de petróleo do território nacional pertencem à União.

Portanto: **UM ARTIGO** diz que as jazidas pertencem à União;
OUTRO diz que o produto da lavra pertence à União.
TODOS de acordo com a Constituição.

Mas...

- ⇒ O ARTIGO 26º, fruto do trabalho dos lobistas internacionais junto ao Congresso Nacional, diz que:

Quem produzir o petróleo é o dono dele!

Ou seja:

- A) A Lei 9478/97, de FHC, está em contradição com os artigos 3º, 4º e 21 da mesma lei;
- B) Desrespeita a Constituição.

A AEPET tentou anular este artigo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Recebemos dois votos magistrais a favor: do ministro Ayres de Britto, relator, e do ministro Marco Aurélio de Mello. Depois, o mesmo lobby que atuou no Congresso virou o voto de sete ministros. Apenas o ministro Joaquim Barbosa votou conosco, mas com voto dúbio. A Aepet tem

gravados esses votos, que são uma vergonha.

O ministro Sepúlveda Pertence disse que o legislador mudou de ideia e ele tinha que respeitar. O ministro não leu os demais artigos. Se ele tivesse lido os artigos 3º, 4º e 21, veria que o legislador não mudou de ideia. Quem mudou a ideia do legislador foram os lobbies que atuavam no Congresso, na época.

Mais contradições... decreto 2705/98

A Lei 9478/97 prevê uma participação especial do governo no produto da lavra. Enquanto o artigo 21 diz que o produto da la-

vra é da União, há outro artigo que diz que haveria um percentual a ser regulado por um decreto.

O governo brasileiro recebe apenas 1/4 do produto da lavra.

Pelo decreto 2705/98:

- ⇒ A PRODUÇÃO ATÉ 94 MIL BARRIS por dia fica isenta de Participação Especial;
- ⇒ A PRODUÇÃO SUPERIOR paga até no máximo 40% da receita líquida do campo.

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL - DECRETO 2705/98

III - Quando a lavra ocorrer em áreas de concessão situadas na plataforma continental em profundidade batimétrica acima de quatrocentos metros.

Volume de Produção Trimestral Fiscalizada (em milhares de metros cúbicos de petróleo equivalente)	Parcela a deduzir da Receita Líquida Trimestral (em reais)	Alíquota (em %)
Até 1.350 (94.000 barris por dia)	-	isento
Acima de 1.350 até 1.800 (126.000 b/d)	$1.350 \times RLP - VPF$	10
Acima de 1.800 até 2.250 (157.000 b/d)	$1.575 \times RLP - VPF$	20
Acima de 2.250 até 2.700 (189.000 b/d)	$1.800 \times RLP - VPF$	30
Acima de 2.700 até 3.150 (220.000 b/d)	$675 + 0,35 \times RLP - VPF$	35
Acima de 3.150 (220.000 b/d)	$2.081,25 \times RLP - VPF$	40

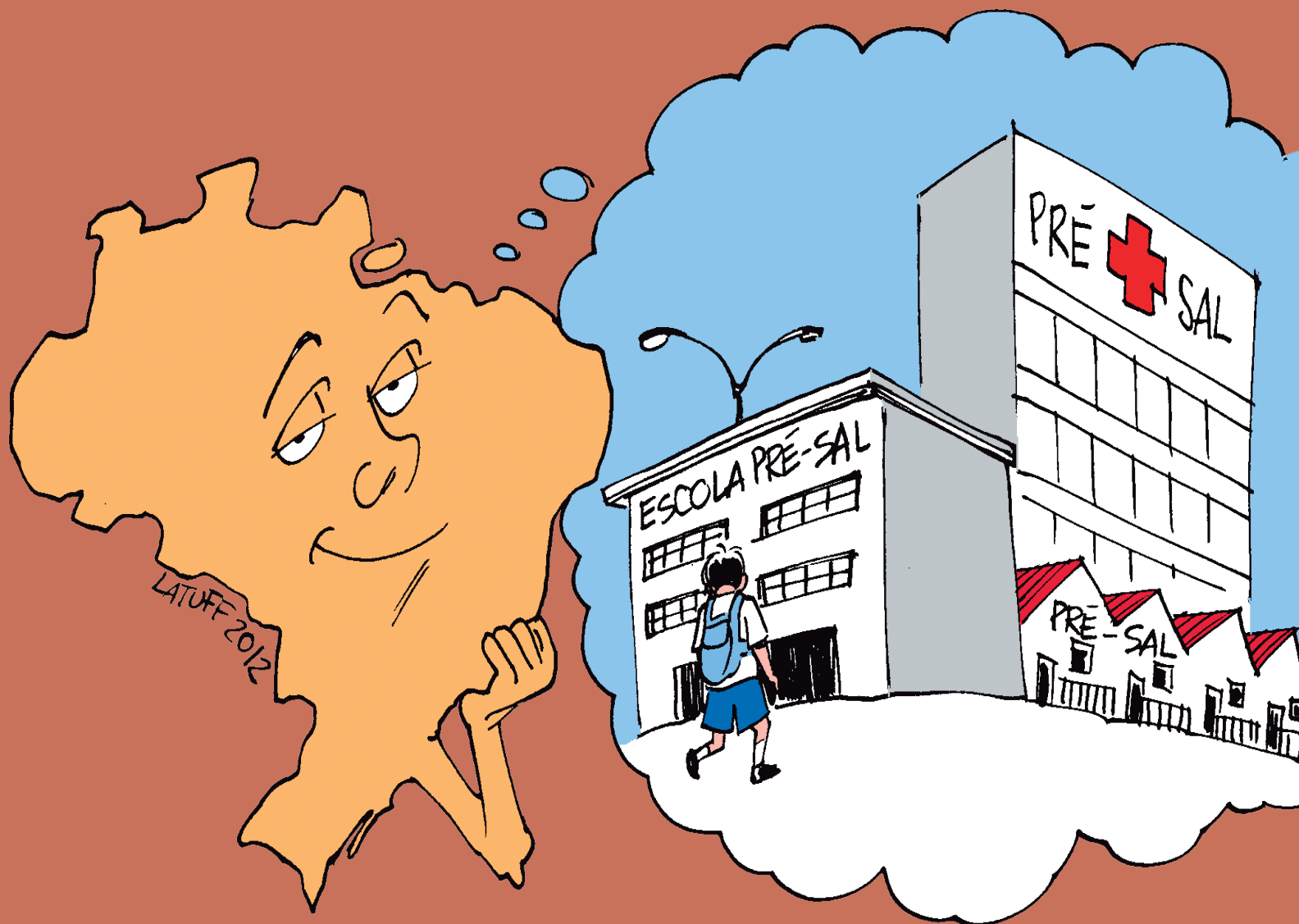
OBS: 1) Esses percentuais são aplicados no óleo/lucro. Deduz custo de produção, royalties, amortização, máximo de 11% do total. 2) No mundo, a participação dos países produtores é de 84%, em média.

- ⇒ A participação especial da União representa no máximo 11% do total da produção. Quando a produção é menor que os 94.000 barris por dia, por campo, a União fica com apenas 10% de royalties e 20% de impostos.

**Com 11% de Participação Especial,
10% de royalties e 20% de impostos, nós temos,
no máximo, 41% de participação da União.**

A média dos países exportadores no mundo
é ficar com 84%.

**Imagine se isso tivesse
acontecido com o pré-sal!**



**A propriedade do petróleo
é estrategicamente fundamental
para o Brasil.**

QUEM TEM O PETRÓLEO TEM O PODER

O Brasil pode dizer para a Europa: eu exporto 500 mil barris por dia, durante 20 anos, mas você abaixa os seus subsídios agrícolas para viabilizar os meus agricultores e assim por diante. Como diria Churchill, “não há amizades entre os países, há interesses”. E interesses significam que quem tem petróleo tem poder de barganha.

Se a gente perde,

**A PROPRIEDADE, PERDE
ESSE IMENSO PODER.**

O entreguismo de FHC fez com que o governo aprovasse **A LEI 9478/97, FEITA PARA “INCENTIVAR”** a vinda de empresas estrangeiras para investir em novas áreas. Essa lei se baseou num alto risco exploratório e de baixo retorno dos campos marítimos. Por isto deu tantos benefícios em seu conteúdo.

Então...
não se aplica ao pré-sal

**O pré-sal é uma reserva bem delimitada
e as descobertas têm cada vez menos riscos.**

É essa a nossa luta:

**Queremos de volta a Lei 2004, fruto do maior movimento
cívico da história do país. Durante os 44 anos
de sua vigência, ela permitiu a autossuficiência
e os estudos técnicos na descoberta do pré-sal.**

Quando o presidente Lula retirou os 41 blocos do pré-sal do 9º leilão, sofreu pressão. Criou um grupo interministerial para dar sugestões para o novo marco regulatório. Esse grupo conseguiu dar sugestões, apesar de toda a pressão.

Cada vez que o ministro Lobão soltava uma tendência do grupo, a reação vinha forte.

VEJAMOS:

- Ele falou que iria **CRIAR UMA ESTATAL** para retomar a propriedade do petróleo para a União. Tudo bem!
- Disse que iria **RECOMPRAR AS AÇÕES DA PETROBRÁS** vendidas no exterior com recursos do pré-sal. Ótimo!
- **DESMENTIUISSO** uma semana depois porque o lobby pressionou forte.

Já naquela época, o objetivo era claro: não deixar o Governo colocar a Petrobrás como operadora única do pré-sal.

A companhia tem tecnologia e tem acesso fácil aos recursos do sistema financeiro para exploração do pré-sal. Quem tem petróleo, tem

crédito fácil e juros baratos. Se a Petrobrás é uma estatal, que tem tecnologia, que tem como obter os recursos...

...qual a justificativa para trazer empresas estrangeiras?

NENHUMA!

A Petrobrás é uma estatal sobre a qual há controle da sociedade. As estrangeiras não estão sob controle de ninguém, pelo contrário, chegam a controlar e até derrubar governos. **O artigo 26 da Lei 9478/97** permite à empresa estrangeira exportar o petróleo produzido. Porque quem é dono

pode fazer o que quiser. **E quem garante atendimento ao mercado nacional?** Em caso de guerra, o risco é ainda maior. Em 2009, os movimentos sociais encaminharam ao Senado o PLS 531/2009. Este Projeto de Lei jamais será aprovado, porque propõe a revisão dos contratos já assinados.

EXEMPLOS DE SOBERANIA E SEGURANÇA NACIONAL:

1

Os **ESTADOS UNIDOS** vetaram a compra da Unocal (Union Oil Company of California) pela China.

Alegaram que a venda de uma empresa americana para os chineses diminuiria a produção doméstica. Está certo, é segurança nacional, é um bem profundamente estratégico.

2

A **VENEZUELA** retomou o controle sobre o seu petróleo.

3

A **ARGENTINA**, no mês de abril de 2012, reestatizou a YPF, vendida à Repsol, espanhola.

4

A **BOLÍVIA** mudou as regras do jogo a seu favor. Recebia 18% do gás que vendia para o Brasil, para a Repsol etc. Passou para 80%. Ficou todo mundo caladinho, pois esta participação ainda está na média mundial. Ninguém saiu da Bolívia. Ela recebia 18% pela última riqueza que o país tinha, e que estava sendo levada para o exterior. As empresas que estão lá estão todas satisfeitas com 20%. **Então, foi um ato de soberania.**

5

A **RÚSSIA** reestatizou a Gazprom.

10

A PRESSÃO ESTRANGEIRA

O governo Lula fez um grande esforço, mas também sofreu muita pressão. Não acabou com os leilões.

Em 2006, a AEPET, através de uma ADI do então governador Roberto Requião (PMDB-PR), tentou anular o artigo 26 da Lei 9478/1997, que dá todo o petróleo para quem o produz. Depois de 2 pareceres magistrais favoráveis dos ministros Ayres de Brito e Marco Aurélio Mello, Lula entrou em campo e, junto com Nelson Jobim, mudou os votos dos demais.

A mídia inventou uma CPI não só para

enfraquecer a Petrobrás, mas também para tentar desmoralizar e enfraquecer o governo. O sistema financeiro internacional, os Estados Unidos e a Inglaterra marcaram em cima, e a mídia tentou colocar o governo em xeque. Ele não teve espaço na mídia para fazer sua defesa.

Sob esse fogo cruzado, o governo não teve força política para acabar com os leilões.

A sociedade precisa fazer contrapressão à pressão dos lobbies.

TEMOS QUE ASSUMIR ESSA CAMPANHA! Os estudantes foram um dos principais baluartes da campanha "O petróleo é nosso!". Inclusive esse slogan foi adaptado pela UNE nos anos 1950. A UNE, junto com o general Horta Barbosa, encabeçou esse movimento e durante cinco anos várias entidades, trabalhadores, toda a sociedade foi para as ruas e fez uma campanha, das maiores que existiu neste país.

Portanto, estudantes, trabalhadores, militares, enfim, todas as forças vivas brasileiras precisam esquecer as pequenas diferenças e retomar essa luta para que o povo seja benefi-

ciado com a riqueza que lhe pertence.

Depois do golpe de 2016, essa luta se torna ainda mais importante e urgente. Nossa sugestão é a de que o lema seja: "O petróleo é do Brasil"! Essa é a nossa esperança. É essa a nossa batalha.

Essa batalha pode ser ganha por nós, mas tem que ter a participação de todos!

NOVO MARCO REGULATÓRIO

O Grupo de Trabalho criado por Lula para propor uma nova legislação para o petróleo fez quatro propostas de Projetos de Lei:

1

Criar o Fundo Social para amortecer a entrada dos dólares da exportação:

se for exportado muito petróleo, os dólares que entram sobrevalorizam o real, e quebram as empresas exportadoras de outros produtos (doença holandesa). O fundo recebe esses dólares, aplica-os e o lucro da aplicação é que gera investimentos do Governo.

2

Criar a Pré-Sal Petróleo para fiscalizar as atividades e impedir dois dos maiores focos de corrupção: **o superdimensionamento dos custos de produção** (o operador compra um sistema por US\$ 2 bilhões, diz que custou US\$ 3 bilhões e recebe US\$ 1 bilhão em óleo, livre de impostos, por

exemplo) e **a medição fraudulenta** (produz 500 mil barris e diz que foram 300 mil).

3

Cessão onerosa (capitalização da Petrobrás): o Governo cedeu uma área à Petrobrás com a perspectiva de ter 5 bilhões de barris. A Petrobrás pagou R\$ 74 bilhões com títulos do Governo em seu poder e este recomprou ações da Petrobrás com esses mesmos títulos. A Petrobrás desenvolveu a produção da área.

4 **Contrato de Partilha de Produção** em substituição ao contrato de Concessão, que dava todo o petróleo a quem produzisse. Essa foi a principal medida.

4

As propostas 1 e 4 se fundiram, criando o Fundo Social e a Lei 12.351, da Partilha de produção.

A Lei do Contrato de Partilha, de 2010, teve avanços consideráveis,

COMO:

- A) a retomada da propriedade do petróleo pela União;
- B) o fato de a Petrobrás ser operadora de todos os campos.

Só faltou... estabelecer o percentual mínimo do óleo-lucro e propor o fim dos leilões para ficar próximo do ideal.

O **LOBBY** tentou piorar o projeto de todas as maneiras. Mas não estava conseguindo. Aí fez uma proposta de **emenda absurda** que acabou sendo acatada pelo relator. Ela dizia que:

✓ **OS ROYALTIES PAGOS SERÃO DEVOLVIDOS AO PRODUTOR EM PETRÓLEO.**

Absurdo completo, pois além de não pagar, ele ainda receberia de volta os royalties no bem mais valioso, que é o petróleo. **Denunciamos no**

Senado. O Senador Pedro Simon foi nosso porta-voz no plenário, tendo feito um belo discurso. Como a má repercussão foi forte, **o relator no Senado, Romero Jucá, retirou a emenda.**

Mas, sub-repticiamente, **a recolocou de volta em 4 artigos dificultando a sua supressão.** Seria necessário um partido para cada artigo.

Assim, em face das dificuldades, o Senador Pedro Simon apresentou uma emenda impedindo a devolução dos royalties. Essa emenda não passou, mas foi reposta na Lei 12.734.

A mídia comprometida e os lobistas passaram a bater na distribuição dos royalties, omitindo a parte ruim que é a sua devolução.

Este passou a ser o segredo mais bem guardado desta República. Por este motivo, o presidente Lula, pressionado e enganado, vetou a emenda Simon. Ou seja, Lula vetou o antídoto e deixou o veneno.

Passamos a trabalhar para derrubar o veto do presidente Lula. As chances eram grandes, mas o lobby fez a campanha falaciosa de que

a derrubada do veto enfraqueceria o Governo.

Foi feito um novo projeto de Lei acatando a emenda Simon (PLS 448), aprovado no Senado por ampla maioria.

Quando este PL estava sendo preparado, um assessor legislativo, que sofre as pressões do lobby, veio falar conosco a pedido de um dos parlamentares autores do projeto.

Este assessor disse ao telefone:

“Engenheiro, essa emenda de devolução dos royalties foi pedida pela Petrobrás”.

Respondemos:

“Mentira! A Petrobrás, eticamente, ao contrário do cartel das empresas estrangeiras, não participou do processo.”

Este fato mostrou que o assessor estava cooptado pelo lobby. Advertimos então o deputado sobre a conduta do assessor.

E... bingo! O projeto de Lei 448/2011, que ele foi encarregado de preparar, quebrava a espinha dorsal do projeto original do Lula.

Ele incluiu um artigo/contrabando que dizia: “a União poderá fazer joint-venture com empresas mediante leilão”. Ora, a espinha dorsal do pro-

jeto do Governo Lula era a Petrobrás ficar como operadora única do pré-sal. Este artigo derrubava isto. Foi retirado. Mas deixou claro o perigo.

ATAQUE AO PLS 448/2011

O PLS, em resumo, diz que os royalties pagos não podem ser devolvidos, muito menos em petróleo. E também estabelece uma divisão de royalties mais equânime para os estados e municípios brasileiros.

Chegando na Câmara, o projeto começou a sofrer pressões do lobby. A última novidade foi tentar protelar a aprovação iminente, com chances elevadas de passar.

A estratégia dos lobbies foi prorrogar a votação para dar tempo de “convencer” os deputados...

O PL 448 se transformou na Lei 12.734, que proíbe o ressarcimento dos royalties, mas não vem sendo obedecida.

O ministro Mantega, então, entrou no jogo: “vamos votar o projeto depois das eleições para prefeito para não contaminar o processo”. Aí dá para entender porque a revista *Época*, que costuma fazer carga contra o Governo, na edição de Janeiro/2012 fez uma reportagem de capa (de 11 páginas) com Mantega: “O Planeta Guido”. A reportagem faz rasgados elogios ao Ministro em todos os sentidos, até apresentá-lo como um garanhão e galã.

E os ataques e pressões continuaram...

Em 2013, ficamos sabendo que a Petrobrás estava sendo espionada pela Agência Nacional de Segurança dos EUA. A sigla, em inglês, é NSA.

As informações foram reveladas por Edward Snowden, ex-técnico da instituição que hoje está vivendo na Rússia. Ele é considerado um fugitivo pelo governo norte-americano.

Segundo Snowden,

“a cada 72h, uma massa de dados da Petrobrás é transmitida para os EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia. [...] A tecnologia envolvendo a exploração em alta profundidade na camada do pré-sal poderia ter sido o alvo da espionagem”.

AINDA EM 2013,

o governo Dilma cede à pressão dos EUA

E ENTREGA 60% DO CAMPO DE LIBRA PARA AS EMPRESAS ESTRANGEIRAS!

Localizado na Bacia de Santos, esse é UM DOS MAIORES CAMPOS do pré-sal.

Os ataques à soberania nacional não pararam por aí.

Em 2015, o senador José Serra apresentou o Projeto de Lei (PLS 131). O projeto acabou com a obrigatoriedade de a Petrobrás ser operadora única do pré-sal. Esse projeto virou a

Lei 13.365/2016.

Logo depois do golpe, ela foi sancionada por Temer, em novembro de 2016, poucos meses depois de ele assumir, de forma ilegítima, a presidência. Segundo o jornalista Glenn Greenwald, logo que assumiu, **Temer foi aos EUA negociar a entrega das riquezas do Brasil.** Começou fazendo ajuste fiscal por 20 anos.

Na volta, nomeou Pedro Parente como presidente da Petrobrás, para retomar o desmonte da companhia, que havia iniciado em 2000, quando fazia parte do Conselho de Administração, do qual chegou à presidência.

Começaram então, ainda em 2016, as chamadas “parcerias estratégicas”, ou “alianças estratégicas”.

Não nos enganemos...

Era o novo nome para as privatizações!



VEJAMOS ALGUMAS DELAS:

A PETROBRÁS E A FRANCESA TOTAL SELAM ALIANÇA ESTRATÉGICA EM 21/12/2016

Os contratos firmados foram para Cessão de direitos de **22,5%** da Petrobrás para a Total, na área da **concessão denominada Iara**; Cessão de direitos de **35%** da Petrobrás para a Total, assim como a operação, na área da concessão do **campo de Lapa**, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobrás com 10%; **Venda de 50% de participação da Petrobrás para a Total na Termobahia**, incluindo as térmicas Rômulo de Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia.

A PETROBRÁS E A CHINESA CNPC FORMAM ALIANÇA ESTRATÉGICA EM 4/07/2017

Segundo o documento, “as empresas se comprometem a avaliar, conjuntamente, oportunidades no Brasil e no exterior em áreas-chaves de interesse mútuo, beneficiando-se de suas capacidades e experiências em todos os segmentos da cadeia de óleo e gás, incluindo potencial estruturação de financiamento”.

A PETROBRÁS E A ESTADUNIDENSE EXXONMOBIL ASSINAM UM MEMORANDO REFERENTE À ALIANÇA ESTRATÉGICA EM 14/12/2017

O texto diz que Petrobrás e ExxonMobil avaliarão áreas de interesse mútuo onde possam somar suas experiências de classe mundial em todos os setores da cadeia de valor da produção de petróleo e gás, incluindo oportunidades de cooperação em exploração, produção, gás e produtos químicos, dentro e fora do Brasil.

A PETROBRÁS E A NORUEGUESA STATOIL ASSINARAM ACORDOS DE PARCERIA ESTRATÉGICA EM 18/12/2017

Um dos contratos assinados prevê a cessão de 25% da participação da Petrobrás no campo de Roncador para a Statoil.

A PETROBRÁS E A BRITÂNICA BP ANUNCIAM UMA GRANDE ALIANÇA ESTRATÉGICA EM 12/04/2018

Segundo o Memorando de Entendimento, a aliança implica atuações na exploração, produção, refino, distribuição e energias verdes, tanto no Brasil como no resto do mundo.

Em 2017, vieram mais dois sérios ataques.

Ao reassumir o comando da empresa, nomeado por Temer, Parente começou a vender ativos da Petrobrás sem licitação, O QUE ERA ILEGAL!

Então...

Em pleno Dia de Finados, 2 DE NOVEMBRO DE 2017, o governo Temer emitiu o Decreto nº 9188, que permite a venda de ativo das estatais sem licitação. Ou seja:

Validou, assim, os atos ilegais de Pedro Parente. O prejuízo já é superior a R\$ 200 bilhões para a Petrobrás.

Para entender a venda de ativos, é preciso saber o que são os *impairments*.

Essa palavrinha significa algo como DETERIORAÇÃO ou DESVALORIZAÇÃO.

Vamos ver como se aplica ao assunto aqui abordado.

A auditora americana PwC ficou mal na Operação Lava Jato. Em quatro anos, “não viu a corrupção” que ocorria na Petrobrás.

Para se redimir, fez algumas exigências para assinar os balanços da Companhia. Uma delas era:

REDUÇÃO DE ATIVOS

NUM TOTAL DE R\$ 113 bilhões

(R\$ 49 bilhões em 2014;

R\$ 48 bilhões em 2015;

e R\$ 16 bilhões em 2016).

São os *impairments*!

Em 2015, por exemplo, a Petrobrás teve um lucro bruto de R\$ 98 bilhões e o líquido de R\$ 14 bilhões. Com a redução de ativos, passou para um rombo (virtual) de R\$ 34 bilhões. Isso passou a justificar as vendas de ativos, que se desvalorizaram pelos ditos *impairments*.

Alguns dos ativos já vendidos...

1 Malha de gasodutos da nova transportadora do Sudeste (NTS)

Vendida para a empresa estrangeira Brookfield – ex-Brascan. A empresa, na década de 90, deu um golpe na União, vendendo para ela a Light e a Eletropaulo no último ano da conces-

são, ou seja, quando retornariam ao patrimônio público sem ônus. A Brookfield irá dominar um monopólio natural e alugá-lo para a Petrobrás pelo preço que quiser. Ou seja, TOTAL ABSURDO!

2 Campo de Carcará

Um dos melhores do pré-sal, pois sua constituição natural permite a produção mais barata e de excelente qualidade. Foi vendido para a norueguesa Statoil por cerca de US\$ 1,25 por barril. Ou seja, a pre-

ço de banana. A reserva de Carcará é de três bilhões de barris e pode chegar a seis bilhões. A Petrobrás era dona de 66% desta produção, ou seja, cerca de dois bilhões de barris. Vendeu tudo por US\$ 2,5 bilhões.

3 Liquigás

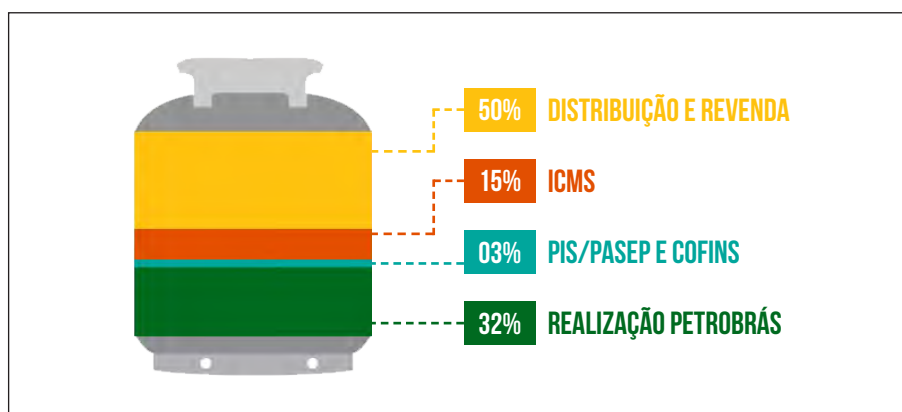
Foi vendida para o grupo Ultrapar. O atual presidente da Petrobrás, **Ivan Monteiro**, era presidente do Conselho de Administração da Ultrapar. Além do conflito de interesses, essa venda gera um monopólio privado da distribuição de um

produto essencial para a população pobre: o gás de cozinha.

A venda foi vetada, por consistir cartel. Mas a Direção da Petrobrás insiste e pretende reabrir a venda para estrangeiros.

Cabe aqui uma grave denúncia ao povo brasileiro. A margem de distribuição na venda do gás de cozinha é uma IMORALIDADE, um atentado à economia popular. No preço final do botijão, a Petrobrás fica com apenas 32%, sendo que é ela que explora, produz, transporta e refina o petróleo para obter o gás que usamos no dia a dia. Enquanto isso, o distribuidor, que só pega o gás e engarrafa para vender, fica com 50%. É UM ESCÂNDALO! A Liquigás era uma grande geradora de caixa para a Petrobrás. Foi vendida a preço de banana. Por sorte, o CADE anulou a venda.

A imagem abaixo mostra o absurdo de como é calculado o preço do gás que é repassado à população.



Devido ao alto preço do gás no Brasil, os setores mais pobres da população têm recorrido à lenha para preparar seus alimentos. Isso tem gerado um forte impacto ambiental e um real risco de segurança nos lares, com incontáveis casos de queimaduras já constatados.

4 Gaspetro

FOI VENDIDA PARA A MITSUI, que foi citada na Lava-Jato. Além de não ser punida como as empresas nacionais de en-

genharia, ela ainda comprou um ATIVO IMPORTANTE POR MENOS DA METADE DO VALOR REAL.

10.1 LEILÕES DO PRÉ-SAL: um atentado à soberania

Outro ataque ao patrimônio brasileiro são os leilões do pré-sal, o que, a nosso ver, são um verdadeiro CRIME de lesa-pátria!

Até o lançamento dessa revista, **FORAM REALIZADAS CINCO RODADAS DE LICITAÇÕES DO PRÉ-SAL**, sob o regime de partilha de produção.

1º LEILÃO

No primeiro leilão, realizado em 21 de outubro de 2013, foi ofertada e contratada apenas a área de Libra. Somente um consórcio se apresentou, liderado pela Petrobrás, com 40% de participação. As parceiras foram Shell (20%), Total (20%), CNPC (10%)

e CNOOC (10%). Naquele momento, as condições para o Brasil já não foram as melhores, pois o percentual mínimo que as petrolíferas tinham que ofertar em excedentes de óleo à União era de 41,65%, **MUITO ABAIXO DO MÍNIMO INTERNACIONAL**.

Depois do golpe de 2016, esse processo dos leilões se intensificou, mas com condições muito mais desfavoráveis!

2º E 3º LEILÕES

Em 27 de outubro de 2017, sob protesto, foram realizadas a 2ª e a 3ª rodadas dos leilões do pré-sal. Dessa vez, os percentuais mínimos estabelecidos nos editais variavam entre 12,98 %

e 22,08%, ou seja, muito menos que no primeiro leilão. Isso foi permitido graças às mudanças feitas pelo Projeto de Lei de José Serra, o PLS 131/2015, que se tornou a Lei 13.365/2016.

Essa nova legislação em vigor tirou a obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora única do Pré-Sal, como já vimos. Isso permite os dois maiores focos de corrupção na produção mundial do petróleo, que já citamos:

- A** **SUPERDIMENSIONAMENTO dos custos de produção** (a empresa compra um sistema por um valor e declara um valor maior);
- B** **MEDIÇÃO FRAUDULENTA** (produz-se uma quantidade de barris de petróleo e declara um número inferior).

Dos oito blocos licitados, seis foram contratados: Norte de Carcará, Sul de Gato do Mato, Entorno de Sapinhoá, Peroba, Alto de Cabo Frio Oeste e Alto de Cabo Frio Central. A Petrobrás,

antes operadora exclusiva dos campos de pré-sal, terá participação em apenas **três dos blocos licitados**. As empresas petrolíferas internacionais que apoiaram o golpe foram as grandes beneficiadas.

4º LEILÃO

A 4ª rodada ocorreu em 7 de junho de 2018. Nela, três áreas foram arrematadas: Uirapuru, Três Marias e Dois Irmãos.

Segundo Paulo César Ribeiro Lima, ex-engenheiro da Petrobrás e ex-assessor legislativo da Câmara Federal, ocorreram graves equívocos cometidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e pela ANP nas últimas três

rodadas do Pré-Sal. Isso porque foram estabelecidos baixíssimos percentuais de óleo lucro para a União. Foram as empresas que corrigiram o valor ridículo do leilão, como mostra a tabela a seguir. Aliás, felizmente o valor foi revisto, senão seria uma tragédia ainda maior para o país, um entreguismo absurdo. **ISSO NÃO PODERIA TER OCORRIDO DE FORMA ALGUMA!**

RESULTADOS DAS 2ª, 3ª E 4ª RODADAS DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

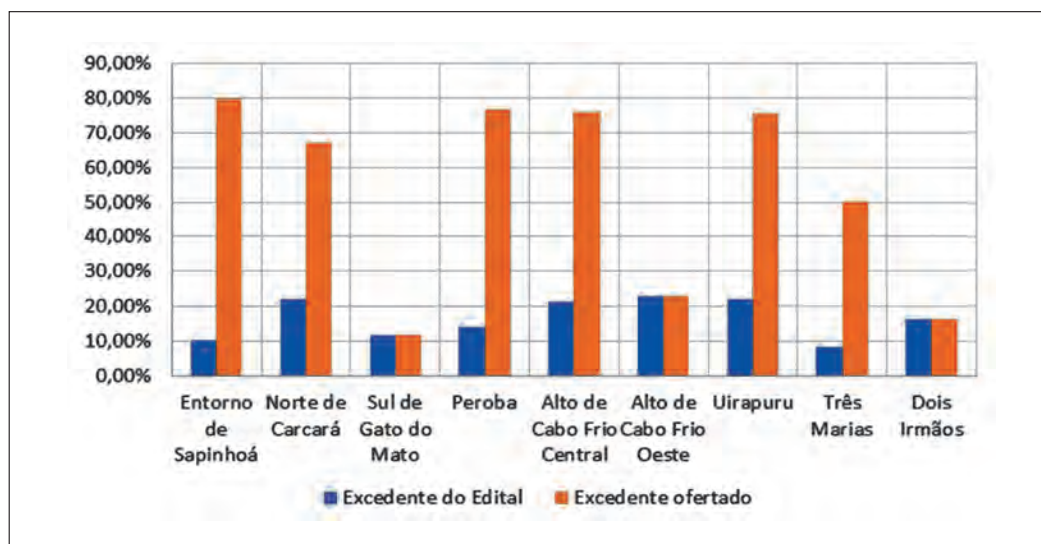


FIGURA 1 - EXCEDENTES EM ÓLEO MÍNIMOS E OFERTADOS NAS 2ª, 3ª E 4ª RODADAS

Conforme mostrado na figura anterior, os excedentes em óleo para a União ofertados pelas propostas vencedoras chegam a ser muito superiores aos mínimos definidos pe-

las resoluções do CNPE. Isso demonstra que o “mercado” valoriza muito mais as áreas estratégicas do Pré-Sal do que o Poder Executivo Federal.

Podemos concluir, então, que o governo em exercício está colocando em prática uma política de entrega de muitas e grandes áreas do Pré-Sal.

Algumas delas são de altíssimo potencial.

No entanto, é baixo o excedente em óleo para a União, baixo bônus de assinatura e baixo conteúdo local.

Ressaltamos que um bem público de grande valor para o País deve ser explorado em benefício de toda a sociedade brasileira.

O foco deve ser o interesse público, não os interesses dos contratados.

5º LEILÃO

Governo levanta R\$ 6,8 bilhões e diz que leilão foi sucesso. No entanto, o que está em jogo é uma reservansuperior a 10 bilhões de barris, que, com o petróleo a US\$ 80, o custo total de produção em US\$ 20 e o dólar a R\$ 4, representam um ganho de R\$ 2,4 trilhões para as multinacionais. Outra vergonha para o Brasil.

Mais uma vez, a ANP demonstrou o seu entreguismo exacerbado, colocando em alto risco a soberania e o interesse nacional ao fixar parcelas de óleo lucro em baixíssimos percentuais. Felizmente, houve uma certa concorrência e o piso vencedor foi bem superior ao proposto pela ANP.

BLOCOS	BACIA	ÓLEO-LUCRO: PISO ANP	VENCEDOR
		%	
Saturno	Santos	17,54	70,20
Titã	Santos	9,53	23,49
Pau Brasil	Santos	24,82	63,79
Sudoeste	Tart Verde Campos	10,01	10,01

O mais grave, no entanto, é que a Petrobrás se omitiu de fazer propostas mesmo havendo áreas com alto potencial de reservas em jogo. Por exemplo: o campo de Saturno

tem uma reserva estimada entre 8 bilhões e 10 bilhões de barris; Titã de 2 bilhões a 5 bilhões de barris; Pau Brasil, cerca de 2 bilhões de barris.

Podemos concluir, então, que o governo Temer colocou em prática o acordo que fez com os Estados Unidos logo que assumiu de entregar os bens do país em troca de vantagens para si e seu grupo.

A política de licitações de muitas e grandes áreas do Pré-Sal, muitas delas de altíssimo potencial, combinados com o baixo excedente em óleo para a União e baixo conteúdo local exigido só favorece ao cartel internacional do petróleo, em detrimento do povo brasileiro.

Ressaltamos que um bem público de grande valor para o País só pode ser explorado em benefício de toda a sociedade brasileira.

10.2

ENTENDA A QUESTÃO DA CESSÃO ONEROSA

Além dos leilões, corremos risco de sofrer outro grave ataque com a mudança na Lei de Cessão Onerosa.

Isso pode representar a entrega de 20 bilhões de barris para as petroleiras estrangeiras.

Assim, nos perguntamos:

Como pode um Congresso saquear seu próprio país?

VAMOS EXPLICAR O QUE ISSO SIGNIFICA...

Em 2010, foi promulgada a Lei da Cessão Onerosa (nº 12.276).

Ela autorizava a União a vender para a Petrobrás o direito de produzir até 5 bilhões de barris de petróleo em 7 blocos da área do pré-sal.

Naquele momento, foi elaborada uma inteligente engenharia financeira para todos saírem ganhando:

- ➔ **A Petrobrás pagou à União US\$ 42 bilhões** (quase 75 bilhões de reais);
- ➔ **A União aumentou sua participação na estatal de 38% para 46%**, reinvestindo este dinheiro na mesma.

A União e entes federais tiveram uma participação líquida de R\$ 80,026 bilhões na capitalização da Petrobrás. A captação na bolsa foi um sucesso: o setor privado participou com R\$ 40,222 bilhões.

Para se ter uma ideia...

Com a capitalização, entraram no caixa da Petrobrás **R\$ 120,249 bilhões** e foram pagos à União **R\$ 74,807 bilhões**, o que representa uma entrada líquida no caixa de **R\$ 45,441 bilhões**.

Como já dito... todos saíram ganhando!

Só que, ao realizar a etapa de exploração e avaliação das áreas do pré-sal, a Petrobrás verificou que **nelas havia muito mais petróleo e gás do que estava previsto e fora adquirido com a Cessão Onerosa**. A princípio tudo bem, pois o contrato firmado em 2010 prevê o direito de a Petrobrás dispor de eventuais excedentes da cessão

onerosa, em contratos de partilha. Em 2014, o que estava “sobrando” era calculado como sendo algo entre 9,8 a 17,2 bilhões de barris. Então, o volume recuperável de petróleo que está em jogo é no mínimo 20 bilhões de barris. Este modelo pode gerar cerca de R\$ 650 bilhões. Destes, poderia haver um repasse de R\$ 500 bilhões para a Educação!!!

Mas há quem queira mudar a Lei e acabar com esse plano!

A pressão pela entrega desses direitos, que já era forte, ganhou ainda mais impulso após o golpe de estado contra a presidente Dilma. Como sabemos, ela foi substituída por políticos mais alinhados com os interesses das multinacionais. Para se ter uma ideia, chegou-se ao absurdo de nomear representantes de companhias concorrentes para o Conselho de Administração da Petrobrás.

Agora, o governo Temer e seus aliados querem aprovar, também no Senado, o projeto de lei 8939/2017, de autoria do deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA).

VEJA QUE ABSURDO:

Esse projeto modifica a Lei da Cessão Onerosa e “autoriza” a Petrobrás a abrir mão de até 70% de sua participação naqueles mega-campos de petróleo.

Ele também destrava o leilão do excedente que, segundo a ANP, é estimado em 17 bilhões de barris.

Pela antiga lei, não poderia ser transferido para outra empresa.

As grandes petroleiras já fizeram as contas e chegaram à conclusão de que é muito mais negócio produzir no Brasil do que em regiões mais arriscadas. A Shell, por exemplo, saiu de um campo gigante no Iraque, West Qurna, e pretende sair de Majnoon. Isso porque aquela é uma área de conflito. E também por causa do tipo de contrato vigente no Iraque.

**Aqui pode ser bem melhor
para os estrangeiros...
MAS, O QUE SOBRA
PARA OS BRASILEIROS?**





A aprovação do projeto de Aleluia significa oferecer um “bilhete premiado” às multinacionais, pois já foram desenvolvidos programas de exploração e delimitação e feitos os testes de longa duração. **Tudo isso foi feito graças à competência técnica e ao investimento da Petrobrás.**

Além disso, a Petrobrás ainda estaria prejudicando sua maior acionista: a União.

Essa proposta de José Carlos Aleluia vai contra o art. 4º da própria Lei nº 12.276/2010. Também vai contra o próprio Contrato de Cessão One-

rosa. Os dois estabelecem claramente que apenas a Petrobrás é a cessionária, mesmo que haja mais petróleo do que o que estava previsto.

Não existe no mundo um exemplo sequer de venda de campo supergigante quando o país tem uma empresa estatal com reconhecimento mundial e condições de desenvolver sozinha.

Esse é o caso do Brasil e da Petrobrás.

Não precisamos, portanto, entregar nossa riqueza para nenhuma outra empresa explorar!

Como já dissemos, a Noruega pode ser um exemplo a ser seguido. Aquele país adotou com enorme sucesso uma política para beneficiar toda a sociedade através de petróleo e gás. No Brasil, era isso que previa o marco

regulatório de 2010.

Ele fortalecia a Petrobrás com a operação exclusiva na Partilha e com a Cessão Onerosa. Desenvolvia, assim, a indústria de petróleo e gás e a indústria de serviços.

Aqueles que defendem a mudança na Lei da Cessão Onerosa dizem que a Petrobrás poderá reduzir o nível de endividamento. Ora, existe um tempo de plantar e um tempo de colher. E a colheita já começou:

a capacidade de produção instalada pela Petrobrás, em 2018, só para a cessão onerosa, deve superar 1,5 milhão de barris por dia.

A Petrobrás priorizou os investimentos nas áreas da cessão onerosa justamente em razão da excelente qualidade dessas áreas e do fato de não haver pagamento de participação especial. No Plano Decenal de Expansão de Energia 2026,

a produção sob o regime de cessão onerosa é o grande destaque, pois passa de zero, em 2017, a 1,7 milhão de barris de petróleo por dia (mmbpd) ou para 1,3 mmbpd, sem considerar o volume excedente da cessão onerosa, em 2026.

MAIS DE R\$ 3 TRILHÕES EM JOGO!

Em razão de não haver o pagamento de participação especial, a produção sob o regime de cessão onerosa deverá proporcionar um **GRANDE AUMENTO NA GERAÇÃO DE CAIXA DA PETROBRÁS**. Devido às características dos reservatórios e da escala dos projetos, o custo total de produção no Pré-sal está próximo de US\$ 15 por barril e há potencial para diminuir ainda mais tanto os custos de capital quanto dos custos operacionais.

Assim, os custos de produção podem ser inferiores a US\$ 15 por barril, sem considerar os custos indiretos.

Nesse contexto, estima-se que o custo total de produção da Petrobrás nas áreas da cessão onerosa será de cerca de US\$ 20 por barril. Como serão devidos apenas royalties de 10%,

admitindo-se um valor de referência do barril produzido de US\$ 80, o custo total de produção com participação governamental (royalties de 10%) será de US\$ 27 por barril.

Cada barril produzido deverá gerar uma receita líquida de US\$ 53, que, multiplicado por cinco bilhões de barris, totaliza uma receita líquida de US\$ 265 bilhões, sem atualização a valor presente. **Utilizando-se uma taxa de câmbio de 4,00 reais por dólar, a receita líquida das áreas da cessão onerosa, sem atualização do valor presente, já subtraídos todos os custos, será de R\$ 1,060 TRILHÃO.**

MAIS GRAVE:

O excedente da Cessão Onerosa é estimado em 17 bilhões de barris pela ANP. Ou seja, se multiplicarmos esse número por US\$ 53 (receita de cada barril), chegamos a um número aproximado de US\$ 901 bilhões.

Esse valor, em reais, corresponde a R\$ 3,6 trilhões.

E o governo quer entregar esse tesouro! Não podemos deixar: É PRECISO DIZER NÃO À MUDANÇA DA LEI DA CESSÃO ONEROSA.

11

NOSSAS PROPOSTAS

As propostas a seguir, para o setor do petróleo, gás natural e energia, foram formuladas para assegurar a soberania e promover o desenvolvimento social do Brasil.

Elas foram apresentadas, pela AEPET, à sociedade brasileira e aos candidatos das Eleições Gerais de 2018. É fundamental debater com clareza os rumos do país neste setor estratégico e fundamental.

1

Anular todas as vendas de ativos e os leilões do petróleo. Como a maioria da população brasileira é contra a privatização, foi inventada uma forma de escondê-la. Passaram a realizá-la, sem concorrência, por meio da venda de ativos, dos leilões do petróleo e também das “parcerias estratégicas”, como demonstramos.

2

Rever a política de preços da Petrobrás. Com os preços mais altos praticados pela estatal brasileira, a importação aumentou. Refinarias ficaram ociosas, a exportação de petróleo cru disparou e a importação de derivados bateu recorde, gerando prejuízos à Petrobrás e ao povo brasileiro. Ou seja, reestabeleceu-se um ciclo neocolonial.

3

Reduzir a participação das distribuidoras na estrutura de preços do GLP, que é o gás de botijão ou gás de cozinha. Hoje, o percentual é de 50%. É uma imoralidade, principalmente porque o GLP é um insumo altamente social, pois 90% dos brasi-

leiros o utilizam no preparo de seus alimentos. O preço correto teria que ser 30% mais barato.

4

Recomprar as ações vendidas na Bolsa de Nova Iorque, recuperando, assim, a independência da Petrobrás com relação à legislação norte-americana. A verdadeira missão da Petrobrás é abastecer **O BRASIL** de derivados de petróleo a menor custo e contribuir para o desenvolvimento nacional.

5

Mudar drasticamente a política de preços, reprimindo a importação de combustíveis, que já gerou prejuízos da ordem de mais de R\$ 20 bilhões com a ociosidade das refinarias.

6

Desenvolver a política de Conteúdo Local, para que a Petrobrás cumpra sua missão estratégica e social de desenvolvimento da indústria nacional.

7

Contratar a Petrobrás para operar e produzir o petróleo excedente da Cessão Onerosa.

Faz-se valer, assim, a decisão tomada na 28ª Reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidida pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2014. Naquele momento, foi aprovada a contratação direta da companhia brasileira para a produção, em regime de partilha, do volume de petróleo excedente ao contratado sob o regime da Cessão Onerosa. No entanto, interesses estrangeiros pretendem que o governo anule essa decisão e possibilite que se apropriem desse petróleo, sem riscos, por meio dos leilões de privatização.

8

Garantir que a Petrobrás seja a operadora única do pré-sal.

É urgente restabelecer essa condição, pois, entre outras razões, evita que ocorram os dois focos de corrupção na produção mundial: o superfaturamento dos custos de produção e a medição fraudulenta.

9

Revisar o Planejamento Estratégico e a Política de Distribuição de Dividendos da Petrobrás.

O Planejamento deve contemplar a visão estratégica e social da companhia, e não apenas a visão financeira. Deve ter como objetivo a manutenção e o crescimento da empresa, e não a privatização dos ativos rentáveis, como quer a atual gestão da Companhia.

10

Limitar a exportação de petróleo cru.

Nenhum país do mundo se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais estrangeiras. É necessário optar pelo valor de uso do petróleo. Para isso, é necessária uma indústria nacional forte, diversificada e com alto potencial tecnológico. Também deve-se estimular a implantação da infraestrutura para a produção dos biocombustíveis e das energias potencialmente renováveis. Repetimos: a Petrobrás, como empresa estatal, tem a função de desenvolver a indústria e a tecnologia nacionais.

11

Revogar a Lei 13.586/2017,

que dá subsídios e isenções da ordem de R\$ 1 trilhão em 25 anos às petrolíferas estrangeiras. Somente para 2018, a previsão de renúncia de receita, decorrente desses incentivos fiscais, é de cerca de R\$ 40 bilhões por ano.

12

Promover políticas públicas para a distribuição da renda petroleira.

O desenvolvimento do Brasil depende da utilização dos nossos recursos naturais em benefício da maioria dos brasileiros. É necessário garantir a propriedade do petróleo e ficar com seu valor de uso, para que haja investimento em Ciência e Tecnologia, biocombustíveis, energias potencialmente renováveis, educação e outros setores que garantam um projeto soberano de nação.

ANEXO

*Esse anexo foi escrito por Fernando Siqueira**

CRONOLOGIA

ESTRAGOS PRODUZIDOS NA PETROBRÁS, PELO GOVERNO FHC, VISANDO DESNACIONALIZÁ-LA

Nas próximas páginas você vai conhecer, detalhadamente, como foi concretizado o plano de acabar com o monopólio estatal do petróleo e entregar para as grandes corporações mundiais do setor uma boa parte do petróleo produzido no Brasil.

1993

Corria o ano de 1993. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sem nenhuma fundamentação, ou justificativa técnica, determinou um corte de 52% no orçamento da Petrobrás para o ano de 1994. As

melhores equipes da Petrobrás foram mobilizadas para adequar os projetos previstos ao novo orçamento. Mesmo assim, a decisão do então ministro atrasou em cerca de seis meses toda a programação da empresa.

1994

No ano seguinte, ainda como ministro da Fazenda, e com a ajuda do diretor do Departamento Nacional dos Combustíveis, o mesmo FHC manipulou a estrutura de preços dos derivados do petróleo. Nos seis últimos meses que antecederam o Plano

Real, a Petrobrás teve aumentos mensais na sua parcela dos combustíveis em valores 8% abaixo da inflação. Por outro lado, o cartel internacional das distribuidoras de derivados teve aumentos de 32%, acima da inflação, nas suas parcelas.

Isto significou uma transferência anual, permanente, de cerca de US\$ 3 bilhões do faturamento da Petrobrás, para o cartel dessas distribuidoras.

Como isso foi feito?

Havia uma inflação alta e uma desvalorização diária da nossa moeda. Isso afetava a Petrobrás que comprava o petróleo em dólares, no exterior, e vendia no mercado em moeda nacional. Com o dólar alto, a Petrobrás gastava mais. A so-

lução encontrada para repor parte das perdas que a Petrobrás sofria devido a essa desvalorização foi conceder dois aumentos mensais aos derivados.

Os dois aumentos repunham parte das perdas que a Petrobrás sofria.

Mas tem mais...

A Petrobrás vendia os derivados para o cartel e este, além de pagá-la só 30 a 50 dias depois, ainda aplicava esses valores e o valor dos tributos retidos para posterior repasse ao Tesouro Nacional, no mercado financeiro. O cartel

obtinha daí vultosos ganhos financeiros em face da inflação galopante. Quando o plano Real começou a ser implantado visando acabar com a inflação, o cartel reivindicou a parcela maior nos aumentos porque iria perder aquele duplo e absurdo lucro.

1995

Em fevereiro, já como presidente, FHC proibiu a ida de qualquer funcionário de estatais ao Congresso Nacional para prestar informações aos parlamentares e ajudá-los a exercer seus mandatos com o respaldo de informações corretas.

Assim, os parlamentares ficaram reféns das informações veiculadas pela imprensa que, muitas vezes, estava comprometida com as corporações do petróleo e apenas repetia o que era enviado pelas agências internacionais de notícias.

Vale lembrar que o Governo Itamar incentivou os empregados das estatais a irem ao Congresso levar informações aos parlamentares. Esse processo impediu a revisão constitucional inventada pelo Centrão no ano de 1993 e que terminou em 1994 num rotundo fracasso. As informações dadas aos parlamentares no governo de

Itamar Franco impediram a revisão com um claro viés neoliberal da Constituição Federal.

Já FHC, emitiu o decreto 1403/95 que instituiu um órgão de inteligência, o SIAL, Serviço de Informação e apoio Legislativo, com o objetivo de espionar os funcionários de estatais que fossem a Brasília falar com parlamentares. Se descobertos, seriam demitidos.

Assim, tendo tempo para me aposentar, solicitei a aposentadoria e fui para Brasília como representante da Aepet. Com recursos bem menores do que a Petrobrás (que, no governo Itamar Franco enviava 15 empregados semanalmente ao Congresso), contava com apenas mais um aposentado para ajudar no contato com os parlamentares. Um dos nossos dirigentes - Argemiro Pertence, mudou-se para Brasília, às suas expensas, para ajudar nesse trabalho.

Foi também no ano de 1995 que FHC deflagrou o contrato e a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, que foi o pior contrato que a Petrobrás assinou em sua história. FHC, como ministro

da Fazenda do governo Itamar Franco, funcionou como lobista em favor do gasoduto. Empossado presidente, suspendeu 15 projetos de hidrelétricas em diversas fases, para tornar o gasoduto irreversível.

Este fato, mais tarde, acarretaria O “APAGÃO” NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.

As empresas estrangeiras, comandadas pela Enron e Repsol, donas das reservas de gás na Bolívia só tinham como mercado o Brasil. Mas a construção do gasoduto era economicamente inviável. A taxa de retorno era de 10% ao ano, enquanto o custo

financeiro era de 12% ao ano. Assim pressionaram o Governo a determinar que Petrobrás assumisse a construção. A empresa foi obrigada a destinar recursos da Bacia de Campos, onde a Taxa de Retorno era de 80%, para investir nesse empreendimento.

O contrato foi péssimo para o Brasil.

RAZÕES:

- ✓ Mudança da **matriz energética** para pior, **mais suja**.
- ✓ **Dependência de insumo externo dominado por corporações internacionais**, com o preço atrelado ao do petróleo e valorada em moeda forte.
- ✓ Foi ruim para a **Bolívia que só recebia 18% pela entrega de uma de suas últimas riquezas**, a mais significativa. Evo Morales, eleito em dezembro de 2005, elevou essa participação para 80% (a média mundial de participação dos países exportadores é de 84%) e todas as empresas aceitaram de bom grado.
- ✓ **Foi péssimo para a Petrobrás** que, além de tudo, foi obrigada a assinar uma cláusula de “Take or Pay”, ou seja, comprando ou não a quantidade contratada, ela pagaria por ela. Assim, por mais de dez anos, pagou por cerca de 10 milhões de metros cúbicos sem conseguir vender o gás no mercado nacional.

Ainda em 1995, o governo, faltando com o compromisso assinado com a categoria, levou os petroleiros à greve, com o firme propósito de fragilizar o sindicalismo brasileiro e a sua resistência às privatizações que pretendia fazer.

**O que levou os petroleiros
à greve em 1995**



Havia sido assinado, em dezembro de 1994, um acordo de aumento de salário de 13%, que foi cancelado, em seguida, sob a alegação de que o presidente da Petrobrás não o havia assinado. Mas o acordo foi assinado pelo então ministro das Minas e Energia, Delcídio Amaral, pelo representante do presidente da Petrobrás e pelo ministro da Fazenda, Ciro Gomes. Além disto, o acordo foi assinado a partir de uma proposta apresentada pelo presidente da Petrobrás.

Enfim, foi deflagrada a greve, após muita provocação, inclusive do Ministro do TST, Almir Pazzianoto, que disse que os petroleiros estavam sendo feitos de palhaços. FHC reprimiu a greve fortemente, com tropas do exército nas refinarias, para acirrar os ânimos. Mas deixou as distribui-

doras multinacionais de gás e combustíveis so-negarem os produtos, pondo a culpa da escassez deles nos petroleiros. No fim, elas levaram 28% de aumento, enquanto os petroleiros perderam até o aumento de 13% já pactuado e assinado.

No balanço final da greve, que durou mais de 30 dias, o TST estabeleceu uma multa pesada, que inviabilizou a continuação da luta dos sindicatos. Por ser o segundo maior e mais forte sindicato de trabalhadores brasileiros, esse desfecho arrasador inibiu todos os demais sindicatos do país a lutar por seus direitos. E muito menos por qualquer causa em defesa da Soberania Nacional. Era a estratégia de Fernando Henrique para obter caminho livre e sangrar gravemente o patrimônio brasileiro.

CONCLUSÃO DE 1995

O mesmo Fernando Henrique comandou o processo de mudança constitucional para efetivar cinco alterações profundas na Constituição Federal de 1988, na sua Ordem Econômica. UMA DELAS FOI A QUEBRA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO.

Como o governo FHC conseguiu isso?

Através de pressões, liberação de emendas dos parlamentares, barganhas e chantagens com os parlamentares. Essa é a origem do “mensalão” – compra de votos de parlamentares com dinheiro desviado do erário público.

FHC manteve o presidente da Petrobrás, Joel Rennó. Este, no governo Itamar Franco, chegou a fazer carta ao Congresso Nacional defendendo a manutenção do monopólio estatal do petróleo.

No governo FHC, mudou. Passou a defensor empedernido da sua quebra.

Fez a emenda constitucional nº 9, que flexibilizou o monopólio da União sobre o petróleo e, em 1997 mandou para o Congresso o projeto de Lei que se transformou na Lei 9478/97, a lei da concessão, que dá a propriedade do petróleo a quem o produz e gera o pior contrato de concessão do mundo, segundo o assessor legislativo, Paulo Cesar Ribeiro Lima.

No mundo, os países exportadores ficam com a média de 82% do petróleo produzido em seu país. O Brasil passou a ficar com 30%, em dinheiro, sendo 10% de royalties e 20% de impostos.

1996

Fernando Henrique enviou o Projeto de Lei que, sob as mesmas manobras já citadas, se transformou na Lei 9478/97. Esta Lei contém artigos conflitantes entre si e com a Constituição Brasileira. Os artigos 3º, 4º e 21, seguindo a Constituição, estabelecem que as jazidas de petróleo e o produto da sua lavra, em todo o território nacional (parte terrestre e marítima, incluído o mar territorial de 200 milhas e a zona economicamente exclusiva) pertencem à União Federal. Ocorre que, pelo

seu artigo 26 – fruto do Projeto de Lei de FHC - com forte atuação do *lobby* sobre o Congresso Nacional - efetivou a quebra do monopólio, ferindo os artigos acima citados, além do artigo 177 da Constituição Federal. Embora alterado, ele manteve o monopólio da União sobre o petróleo. Mas esse artigo 26 confere a propriedade do petróleo – 100% – a quem o produzir. Tentamos corrigir esse absurdo através de uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) assinada pelo Governador do Paraná, Roberto Requião em 2003.

É fundamental que a propriedade seja da União, portanto, do povo brasileiro, impondo ao governo estratégias que confirmam maior aplicação dos recursos do petróleo em investimentos sociais, além do controle da produção que privilegie, inteligentemente, os interesses estratégicos do país.

1997

Fernando Henrique criou a Agência Nacional do Petróleo e nomeou o então genro, David Zylberstajn. Este havia se notabilizado como secretário de Minas e Energia do Estado de São Paulo, ocasião em que desnacionalizou várias empresas de energia por preços irrisórios. A Eletropaulo foi vendida para a empresa americana AES que, para essa compra, lançou mão de um empréstimo do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e não pagou. **Lembro que, dos recursos do BNDES, 50% são originários do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e foram emprestados a empresas estrangeiras para comprar empresas nacionais, que demitiram, em média, 30% dos trabalhadores. Ou seja, o Fundo de Amparo aos trabalhadores foi usado para desempregar os trabalhadores.**

ZYLBERSTAJN, no ato de sua posse, com o auditório cheio de empresas estrangeiras e/ou de seus representantes bradou: “O PETRÓLEO AGORA É VOSSO”.

Empossado, iniciou os leilões de áreas, já com alguma pesquisa feita pela Petrobrás, com aidez entreguista: **os blocos licitados tinham áreas 220 vezes maiores do que a dos blocos licitados no Golfo do México.**

Zylberstajn, inicialmente, mandou que a Petrobrás escolhesse 10% das áreas sedimentares, de possível ocorrência de hidrocarbonetos, nas 29 províncias onde ela já havia pesquisado, continuar explorando por mais três anos e, se não achasse petróleo, deveria devolvê-las à ANP.

Depois de seis meses de exaustivos estudos, a Petrobrás escolheu as áreas que queria. Surpreendentemente, Zylberstajn retomou 30% des-

sas áreas que a Petrobrás havia escolhido, sob rigorosos critérios técnicos, pelos seus especialistas. Assim, a Petrobrás passou a ter direito de explorar apenas 7% do total das rochas sedimentares brasileiras. Esse prazo de três anos se mostrou inviável e foi estendido para cinco anos. Nós publicamos informativos mostrando que as multinacionais tinham oito anos de prazo contra os três da Petrobrás.

1998

Nesse ano, a Petrobrás é impedida pelo governo FHC de obter empréstimos no exterior para tocar seus projetos — a juros de 6% a/a —, e de emitir debêntures que visavam à obtenção de recursos para os seus investimentos. Teve que abrir parcerias para continuar a produção. Por este motivo, vários campos que ela descobriu no pré-sal têm sócios.

Cria o REPETRO, através do decreto 3161/98, que libera as empresas estrangeiras do pagamento de impostos pelos produtos importados. Mas sem dar a contrapartida às empresas nacionais. Isto, somado à abertura do mercado nacional iniciada por Fernando Collor, liquidou as 5.000 empresas fornecedoras de equipamentos e serviços

para a Petrobrás, gerando desemprego e perdas brutais de tecnologias para o País. Essas empresas haviam sido criadas através do repasse de tecnologia que a Petrobrás gerava ou absorvia. A presença do fornecedor nacional facilitava em muito a operação da empresa.

Ainda em 1998, seis empresas multinacionais (duas delas comandaram a privatização da YPF Argentina – Meryll Lynch e Gaffney Cline) passaram a ocupar o 12º andar do prédio da Petrobrás (Edise) para examinar minuciosamente todos os dados da Companhia, sob o argumento de que se tratava de uma avaliação dos dados técnicos e econômicos necessários à venda de ações da Empresa, em poder do governo.

Durante dois anos, essas empresas receberam todas as informações que quiseram dos gerentes da Petrobrás, inclusive as mais confidenciais e estratégicas, de todas as áreas.

Reviraram as entranhas da Companhia, de uma forma jamais realizada em qualquer empresa que aliene suas ações. Depois foram

vendidas 36% das ações na Bolsa de Nova Iorque pela irrisória quantia de US\$ 5 bilhões ver 1999). Valiam mais de US\$ 100 bilhões.

1999

Muda-se o estatuto da Petrobrás com três finalidades:

- 1 **PERMITIR que estrangeiro possa ser presidente da empresa (Philip Reichstul);**
- 2 **PERMITIR a venda de ações para estrangeiros;**
- 3 **RETIRAR os diretores da empresa do Conselho de Administração, colocando em seu lugar representantes do sistema Financeiro Internacional, como Jorge Gerdau Johannpeter (comandante do lobby para a quebra do Monopólio), Pedro Parente, Francisco Gros, Roberto Heiss, Paulo Haddad e outros.**

Reichstul inicia o mandato cancelando atabalhoadamente (propositalmente?) o contrato da empresa Marítima – de fornecimento de seis plataformas para perfuração exploratória – um mês antes de ela incorrer numa grave inadimplência. O cancelamento salvou a Marítima de pesadas multas e ainda deu a ela argumentos para processar a Petrobrás, pedindo R\$ 2 bilhões de indenização pelo incrível cancelamento. Ganhou em primeira instância.

Reichstul viaja aos EUA com o ex-jogador Pelé e, juntos, fazem propaganda do lançamento e venda de ações da Petrobrás em Wall Street; o Governo vende, então, 20% do capital total da Petrobrás, que estavam em seu poder. Posteriormente, mais 16% foram vendidos pelo irrisório valor total de US\$ 5 bilhões.

Como a “Ação Direta de Inconstitucionalidade” da AEPET, contra o artigo 26, já mencionado, assinada pelo governador Roberto Requião (Paraná) foi derrubada, e a Petrobrás é dona das reservas, em detrimento da União, esses acionistas incorporaram ao seu patrimônio um acervo de 10 bilhões de barris - 36% de 30 bilhões de barris nas mãos da Petrobrás (incluindo 16 bilhões do pré-sal, já cubados) – os

quais, pela Constituição pertencem à União.

Como estamos no limiar do pico de produção mundial, o barril de petróleo vai ultrapassar os US\$ 100, esse patrimônio transferido, gratuitamente, valerá mais de US\$ 1 trilhão. Considerando que já existiam no mercado cerca de 20% das ações em mãos de testas de ferro, o governo, hoje, detém 54% das ações com direito a voto, mas apenas 38% do capital total da Petrobrás (antes das mudanças o governo detinha 60,5% do capital total e 87% do capital votante). No Governo Lula essa participação passou para o percentual de 46% no processo de capitalização da Petrobrás.

O poder dos novos e felizardos acionistas de Wall Street os leva a exigir da Petrobrás a quitação dos débitos que a Companhia tem com o Fundo de Pensão (Petros), de preferência pelo menor preço possível. Reichstul usa R\$ 8 bilhões em títulos de longuíssimo prazo do governo (NTN tipo B, recebidos na privatização das subsidiárias da Companhia – prazos de 23 e 32 anos) e quita a dívida, financeiramente, mas não atuarialmente, pelo valor de face dos títulos. A Petrobrás contabiliza a saída dos títulos por R\$ 1,8 bilhão e o Fundo de Pensão os recebe por R\$ 8 bilhões.

A gestão de Reichstul

- **Reichstul dobra a gratificação de chefia dos gerentes** da Petrobrás, amplia o número deles e lhes dá poderes ilimitados para contratar empresas e pessoas. Ganha com isto o apoio para fazer todas as falcaturas que planejava.
- **Desmonta a competente equipe de planejamento** da Petrobrás e contrata, sem concorrência, a Arthur De Little, empresa americana, presidida pelo seu amigo Paulo Absten para comandar o planejamento estratégico da Companhia. Isto resulta numa série de desastres consecutivos. Entre eles, a compra de ativos obsoletos na Argentina, na Bolívia e em outros países. Os gerentes – cooptados – se fartam de contratar empresas e pessoas, sem controle.
- **A terceirização atinge o estrondoso absurdo de 120 mil contratados**, com nepotismo e corrupção, enquanto os empregados efetivos caem de 60 mil para cerca de 30 mil, seguindo a estratégia aplicada na Argentina, de enxugar para desnacionalizar. Abre-se acesso às entranhas da empresa para pessoas alocadas por empreiteiras e concorrentes estrangeiras.
- **Reichstul tenta mudar o nome da empresa para Petrobrax para facilitar a pronúncia dos futuros compradores estrangeiros. Causa uma reação de indignação nacional e recua.**
- **Segue a sua meta desnacionalizante e divide a empresa em 40 unidades de negócio**, seguindo a proposta do Credit Suisse First Boston, apresentada ao Governo Collor, para a desnacionalização da Companhia.
- **Pulveriza as equipes técnicas**, desmantelando a tecnologia da empresa e preparando para, através do artigo 64 da Lei 9478/97, transformar cada unidade de negócio em subsidiária e privatizá-las, como iniciou fazendo com a Refinaria do Rio Grande do Sul, a Refap.

Essa privatização foi feita através de uma troca de ativos com a Repsol Argentina (pertencente ao Banco Santander, braço do Royal Bank of Scotland Co – grupo Rotschild – sócio majoritário da BP e da Shell), onde a Petrobrás deu ativos no valor de US\$ 500 bilhões, – que avaliamos em 2 bilhões – e recebeu ativos no valor de 500 milhões, os quais, dois dias depois, com a crise da Argentina passaram a valer US\$ 170 milhões.

A avaliação dos ativos foi feita pelo banco Morgan Stanley, do qual Francisco Gros era dire-

tor, acumulando, desde o início da gestão Reichstul, o cargo de membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Gros, segundo sua biografia publicada pela Fundação Getúlio Vargas, veio para o Brasil, como diretor do Morgan Stanley para assessorar as multinacionais no processo de privatização. Através de sindicalistas do Rio Grande do Sul, entramos com uma ação judicial na qual ganhamos a liminar, cassada, mas que interrompeu esse processo de desnacionalização. A próxima unidade a ser vendida seria a REDUC.

A gestão Reichstul levou a empresa a um nível de acidentes sem precedentes na sua história: 62 acidentes graves em dois anos contra a série histórica de 17 acidentes em 23 anos (1975 a 1998), segundo relatório publicado pelo Conselho Regional de Engenharia do Estado do Paraná.

Nós pedimos investigação de sabotagem a vários órgãos de segurança: Polícia Federal, Marinha, Procuradoria Federal. Não investigaram, mas os acidentes cessaram.

2001

Reichstul, desgastado com a repercussão do nome Petrobrax, **dá lugar a Francisco Gros** que, ao assumir a presidência da Petrobrás, num discurso em Houston, EUA, declara que, na sua gestão, “a Petrobrás passará de estatal para empresa privada, totalmente desnacionalizada”. Compra 51% da Pecom Argentina, por US\$ 1,1 bilhão, embora a dita empresa tenha declarado, publicamente, um déficit de US\$ 1,5 bilhão; cria um sistema para mascarar acidentes: os acidentados não os

conseguem reportar; tenta implantar um plano de Benefício Definido no Fundo de Pensão – Petros.

Faz, ainda, um contrato de construção de duas plataformas com a Halliburton, com uma negociação obscura, sem concorrentes, que resulta, além de um emprego maciço de mão-de-obra estrangeira, em dois atrasos superiores a um ano e meio. **Estes atrasos fizeram com que, pela primeira vez na história da empresa, houvesse uma queda de produção, fato ocorrido em novembro de 2004.**

2004

Apesar desses atrasos, a Halliburton não pagou multa e ainda ganhou cerca de US\$ 500 milhões de adicionais da Petrobrás, em tribunal americano.

Em 2002, Lula é eleito presidente da República. Antes da sua posse, houve uma renegociação em massa dos contratos de **SERVIÇO** em anda-

mento. Foram concedidos novos **PRAZOS**, superiores a quatro anos, de forma a criar uma blindagem ao novo governo, impedindo as reanálises, renegociações ou revogações dos **CONTRATOS** feitos sem concorrência, incluindo empresas ligadas aos amigos de gerentes do governo FHC.

CONTINUIDADE NO GOVERNO LULA...

Em 2003, o presidente Lula substituiu parte dos diretores da Petrobrás, mas mantém todo o segundo escalão da administração anterior. **Este grupo, formando o “Comitê de Negócios”, continua ditando as regras e impedindo as modificações necessárias para restaurar a Empresa.**

Durante o governo de transição FHC - Lula, estivemos com a então futura ministra Dilma Rousseff, que nos perguntou sobre como acabar com o 5º leilão de áreas petrolíferas. Respondemos que não havia como interrompê-lo, dado o estágio avançado do leilão. Sugerimos que ela envidasse esforços na eliminação dos leilões seguintes e ela respondeu que isto era ponto pacífico no governo Lula. Um mês depois, emitiu a resolução número 8, em nome do Conselho Nacional de Política Energética, mandando reabrir os leilões usando

argumentos infundados. Era a plástica ideológica para se viabilizar, perante o “mercado”, como candidata a presidente do Brasil.

O Governo prossegue intervindo na questão do petróleo e ordena que a Petrobrás devolva à ANP parte do Bloco BC-60 no qual a Companhia havia encontrado 2 bilhões de barris de petróleo e que - pela Lei - deveria continuar com ela. Veio o 6º leilão e a Petrobrás perdeu esta área para a empresa americana DEVON, devido a um artifício do edital, subjetivo, propositalmente elaborado pela ANP. Era dado um peso de 40% no conteúdo de compras no mercado nacional como critério de avaliação do leilão. Alertamos a ANP que uma empresa sem escrúpulos poderia superestimar esse conteúdo. A ANP prosseguiu o leilão e a DEVON, devido ao artifício do Edital da

ANP, ganhou, pagando menos do que a Petrobrás ofertou, porque propôs comprar 80% no mercado nacional. Esse percentual era inviável. AEPET ingressou na Justiça.

Na questão previdenciária, por determinação do Sistema Financeiro Internacional (SFI), o governo ordena à Petrobrás a implantação de um plano tipo Contribuição Definida (CD), em lugar do plano de Benefício Definido (BD) em vigor na fundação de previdência privada de seus empregados (Petros). A Petrobrás garantia o plano BD. O acionista americano, que já adquirira as ações da Petrobrás, não queria correr qualquer risco, nem compromisso algum, com empregados.

Fato relevante é que o plano CD joga os recursos arrecadados na ciranda financeira, e, com

isto, as empresas seguradoras americanas captam recursos nacionais para cobrir o seu rombo de mais US\$ 300 bilhões dos fundos do tipo CD. (Fontes: *Le Monde* e *New York Times*).

2003, PONTO POSITIVO: o novo diretor de Exploração e Produção (E&P) faz um esforço exploratório para perfurar as áreas que seriam devolvidas à ANP, em agosto de 2003. O diretor anterior vinha postergando essas providências para, propositalmente, entregar as áreas para leilão. De janeiro a agosto/2003, a exploração descobre 5,6 bilhões de barris (50% da reserva do país) e impede a devolução dessas áreas para leilão. O novo diretor reativou a equipe que pesquisava o pré-sal. Esse esforço também ajudou à descoberta, em 2007, do campo de Tupi e o pré-sal.

AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI

Quando, em 1997 foi aprovada a Lei 9478/97, consultamos vários constitucionalistas sobre a inconstitucionalidade do seu artigo 26 que dava a propriedade do petróleo a quem produzisse, enquanto a Constituição Federal dizia que ele era monopólio da União. Mas esses mesmos juristas diziam que esperássemos um momento mais oportuno, porque o presidente Fernando Henrique contava com o voto favorável de oito dos onze ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em 2003, tendo o Governo Lula mudado quatro dos onze ministros do STF, a AEPET entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) do referido artigo 26, através do governador Roberto Requião. Esperava-se que o governo, agora, aproveitasse o pretexto para rever os estragos de FHC. Ledo engano. Tendo sido acolhida a ADI pelo ministro Ayres de Britto, que inclusive concedeu provimento a uma ação cautelar que suspendia o 6º leilão de áreas petrolíferas, fomos surpreendidos com o mandato de segurança do governo, através da Advocacia Geral da União, que derrubou na calada da noite, através de ato monocrático do presidente do STF, Nelson Jobim, a cautelar concedida pelo ministro Ayres de Britto.

Obtivemos um voto magistral do relator, ministro Ayres de Brito e, em seguida, do ministro Marco Aurélio Mello, favoráveis à ADI. A partir daí, entrou em campo o mesmo lobby que “convencera” o Congresso Nacional a quebrar o Monopólio Estatal, agora para “convencer” os ministros do Supremo Tribunal Federal a derrubar a ADI. Assim, tivemos sete votos lamentáveis, pela sua mediocridade, contrários ao interesse e à Soberania Nacional. Os sete votos contrários foram fraquíssimos em termos de fundamentação. O próprio presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, desmoralizou cinco desses sete votos contrários à ADI, por estarem baseados em premissas falsas.

Desses, o voto menos pior foi o do ministro Sepúlveda Pertence que declarou: “quando jovem, pixei muros pelo petróleo é nosso. Agora, o legislador mudou de ideia”. Se o ministro tivesse lido os artigos 3º, 4º e 21 da própria Lei, veria que o legislador não mudou de ideia, mas o lobby é que mudou as ideias do legislador, só no artigo 26, e também as dos ministros do STF.

Outro fato lamentável foi o posicionamento do Advogado Geral da União, seguindo orientação do Governo. Para defender a derru-

bada da ADI, o advogado argumentou que as empresas estrangeiras haviam investido muito e se ela fosse aceita o risco Brasil aumentaria. Ou seja, ele votou a favor do “Mercado” e contra o interesse nacional, contrariando a Constituição Federal que defende o interesse coletivo em detrimento do individual. Posicionamento similar teve o Procurador Geral da República, que tinha obrigação

de ser mais independente. Na sequência dos episódios, o governo nomeia o ex-deputado Haroldo Lima, filiado ao PCdoB, para a direção da ANP. Tradicional defensor da soberania nacional e do monopólio estatal do Petróleo, Haroldo, em um mês, dá uma guinada de 180° e passa a lobista das transnacionais, defendendo os leilões das áreas petrolíferas com argumentos falaciosos.

2006

No Governo Lula foi feito o 8° leilão comandado pelo engenheiro Nelson Narciso, que veio da presidência da Halliburton em Angola, diretamente para a diretoria de Exploração e Produção da ANP, diretoria que era encarregada de efetuar leilões de petróleo. Nesse

leilão, foram incluídas restrições à participação da Petrobrás, que a impediam de adquirir mais de uma área do pré-sal. Através do Clube de Engenharia e da deputada do PT-PR, Dra. Clair, entramos com duas ações e conseguimos anular o leilão.

2008

Governo Lula, em face das informações dos diretores da Petrobrás, retira do 9° leilão 41 blocos do pré-sal e cria um Grupo de Traba-

lho interministerial para rever o Marco Regulatório vigente, que dá 100% da propriedade do petróleo a quem produzir.

2009

Governo envia quatro Projetos de Lei ao Congresso Nacional com avanços consideráveis em relação à lei 9478/97. Muda o contrato de Concessão (100% é de quem produz) para par-

tilha - propriedade da União e designa a Petrobrás como operadora de todos os campos. Mas deixa um ponto muito negativo: a continuidade dos leilões.

2010

Governo seguindo o projeto de capitalização, aprovado pelo Congresso efetiva a capitalização da Petrobrás e consegue lograr mais avanços no aumento de participação acionária:

passa de 38% para 46% sua participação no capital total da empresa e para 57% no seu capital votante. Mais positivo: a participação acionária dos estrangeiros cai de 37,5% para 31%.

2013

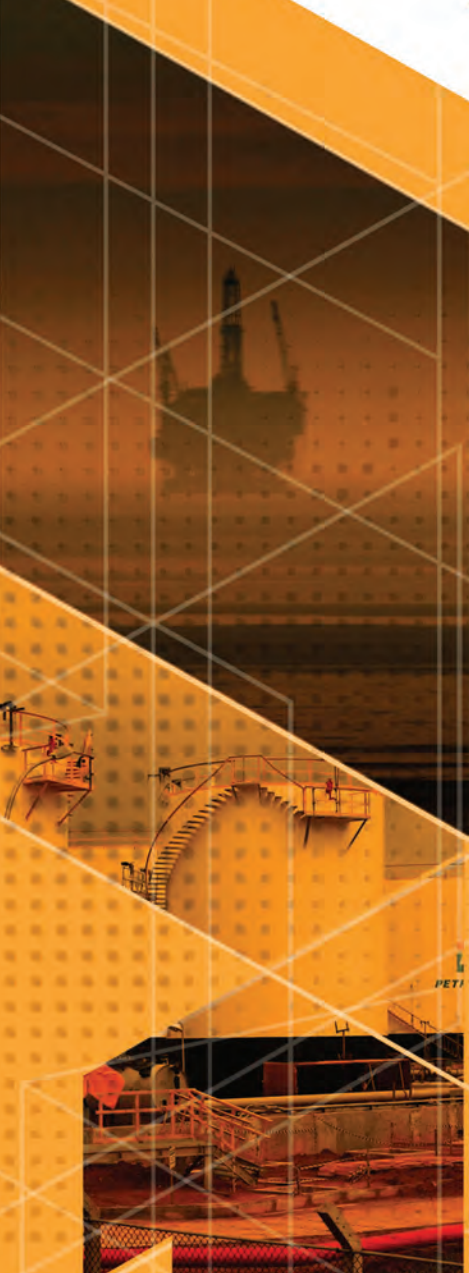
O Governo Dilma, sob pressão cerrada de Barack Obama (2011) e do vice Joe Biden (2013) entrega 60% do campo de Libra – o maior campo do pré-sal - para empresas estrangeiras.

**Fernando Siqueira é presidente da AEPET.*




**SEM A NOSSA ENERGIA
NÃO ROLA!**


**“Sem a Nossa Energia Não Rola”
é um movimento
nascido da indignação
de experientes petroleiros
que se sentem na obrigação
de mostrar para todos
os brasileiros a relevância
estratégica de nosso petróleo
para desenvolvimento
do Brasil, e o real papel
da Petrobras nesse processo.**



Somos brasileiros falando com brasileiros,
mostrando que não faz sentido
passarmos nosso imenso patrimônio
para empresas estrangeiras.
Afim, a quem essa venda realmente beneficia?
Como ficamos sem esta riqueza?

An offshore oil rig is visible in the background of the first text block, set against a bright yellow and orange sky over the ocean.

O petróleo é um bem maior da nação
e seu destino não pode ser
definido de acordo com interesses privados,
sem que seu verdadeiro dono (o povo)
saiba o que está acontecendo.

A close-up view of an oil rig tower with a large fire or explosion at the top, set against a dark background.

Trabalhamos para que os brasileiros
conheçam todos os fatos,
para que a informação seja levada a todos
os cantos desse país e para que juntos
e conscientes possamos decidir
o futuro daquilo que nos pertence.

Precisamos nos unir, nos informar e nos posicionar. Novamente precisamos da energia concentrada de nosso povo para deixar claro: o petróleo é nosso!



A ABCP (Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros) sabe que o futuro da Petrobras está intrinsicamente ligado ao destino do país e, através da campanha “Sem a Nossa Energia não Rola”, vem trazer informações sobre o que efetivamente acontece e convidar não só aos petroleiros, mas a todos os brasileiros para participarem deste movimento de proteção ao nosso país.

**Precisamos de todas as vozes.
É hora de gritarmos juntos:
Chega! Sem a nossa energia não rola!**



Faça parte do movimento Não Rola.



Acompanhe, curta e compartilhe nossas
publicações e vídeos:

<https://naorola.org>



PATROCÍNIO



ABCP - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS PETROLEIROS
Av. Conselheiro Nébias, 248 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP 11.015-002
Tel: (13) 3202-1100 - Cel: (13) 99685-9153
Email: abcppetroleiros@sindipetrosantos.com.br

ABCP: FRUTO DA LUTA EM DEFESA DA SOBERANIA, DA RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

A Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros (ABCP) surgiu durante a histórica greve de 1995, que durou 32 dias nacionalmente, e 33 dias em Cubatão; reafirmando o Litoral Paulista como uma trincheira de luta e organização da categoria.

Contra a repressão e sanha privatista de FHC, os petroleiros derrotaram o projeto de entrega completa da Companhia ao estrangeiro, política que fazia da ofensiva neoliberal sobre os países periféricos. Mas não foi sem dores: demissões, tentativa de desmoralização dos sindicatos, repressão das Forças Armadas sobre os lutadores. Uma das provas mais contundentes de que a Justiça tem lado, o lado dos poderosos, foi a postura reacionária do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou a greve abusiva. De quebra, muitas milionárias foram impostas aos sindicatos.

Esta medida foi “pedagógica” para a categoria: para impedir que o dinheiro

arrecadado coletivamente fosse sequestrado pelo Estado, os associados autorizaram que as mensalidades fossem transferidas do sindicato para a ABCP.

Neste mesmo ano, o Fundo de Greve, que já existia desde 1991, passou a integrar a Associação, que iria conquistar sua autonomia jurídica diante do Sindipetro-LP duas décadas depois, em 2011. Esta medida foi necessária para impedir que uma nova retaliação ao Sindicato, com o bloqueio de suas contas, por exemplo, prejudicasse o fundo construído pelos trabalhadores.

Foi graças a essa iniciativa, em uma contundente demonstração de solidariedade de classe e fraternidade, que os grevistas demitidos puderam ser assistidos. Até hoje, o dinheiro arrecadado pelos aposentados, pensionistas e ativos do Litoral Paulista garante, em caso de demissão motivada por greve, que o trabalhador punido receba mensalmente seu salário até a últi-

ma instância do processo trabalhista. Nos últimos anos, a categoria realizou diversas greves, seguiu deflagrando mobilizações em defesa da Petrobrás e, felizmente, não houve novas demissões políticas. Diante disso, tivemos um período dedicado ao fortalecimento deste patrimônio da categoria.

Hoje, em plena Era Temer, em tempos de ofensiva brutal do capital sobre os trabalhadores, o patrimônio público e nossos recursos naturais, a construção e manutenção do Fundo, por meio da ABCP, se mostra uma iniciativa estratégica dos petroleiros. A venda de ativos valiosos a preço de banana, o aprofundamento da entrega do pré-sal ao estrangeiro, as contrarreformas de Temer que atingem toda a classe trabalhadora, nos exige uma resistência à altura. Fruto do esforço coletivo, a ABCP é um instrumento da categoria que fortalece esta necessária luta. Não há tempo há perder, sem lutas não há conquistas.

DIRETORIA EXECUTIVA DA ABCP: Presidente: Eder Valdes Modesto • Vice-presidente: Adelino Rafael Torres • 1º secretário: Fernando Malingre Magan • 1º tesoureiro: Álvaro Antunes Amado • 2º tesoureiro: Anderson do Nascimento Pereira. **CONSELHO FISCAL:** Efetivo: Eduardo Jenner Ozorio • Suplente: João Augusto Siqueira • Efetivo: José Silva de Oliveira • Suplente: Maria Helena Mesquita • Efetivo: Jorge Luiz Henriques • Suplente: Antonio Fernandes • Efetivo: Lindolfo Fernandes Bermudez Lopes • Suplente: Rodoaldo Graciano Fachini • Efetivo: Mauricio Ramos Antoniette de Moura • Suplente: Orlando Antunes Lopes • Efetivo: Pedro Demétrio de Castro Filho • Suplente: Luiz Carlos Almeida • Efetivo: Rivaldo Ramos • Suplente: Paulo Gilberto de Almeida • Efetivo: Valdemar Barbosa do Amaral • Suplente: Valdir Lopes.

PRODUÇÃO

O PETRÓLEO É DO BRASIL

Pesquisa: AEPET

Redação: AEPET e Núcleo Piratininga de Comunicação

Projeto Editorial Gráfico: Daniel Costa

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO

Rua Alcindo Guanabara, 17 - sala 912

Centro - Rio de Janeiro (RJ) - CEP: 20031-130

Site: www.piratininga.org.br

E-mail: npiratininga@uol.com.br

REALIZAÇÃO



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Felipe Campos Cauby Coutinho • **Vice-Presidente:** Eugenio Mancini
Diretor Administrativo: Christian Alejandro Queipo • **Vice-Diretor Administrativo:** Francisco Isnard Barrocas
Diretor de Comunicação: Hebert Campos • **Vice-Diretor de Comunicação:** Fernando Leite Siqueira
Diretor de Pessoal: Pedro Augusto Pinho • **Vice-Diretor de Pessoal:** Felipe Brito
Diretor Cultural: José Antônio Simões • **Vice-Diretor Cultural:** Henrique Sodoma
Diretor Jurídico: Ricardo Maranhão • **Vice-Diretor Jurídico:** Edson Queiroz

CONSELHO FISCAL

Efetivo: Carla Alves Marinho • **Suplente:** Paulo Teixeira Brandão
Efetivo: Gustavo Baptista Marlon • **Suplente:** Raul Bergman
Efetivo: Ana Patricia Lair • **Suplente:** Ronaldo Tudesco

